



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Vinícius Domeniconi Bittencourt

Poder e governamentalidade liberal: notas sobre Michel Foucault

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Dr. Eduardo Barros Mariutti.

CAMPINAS

2020

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos com quem eu pude conversar e que me iluminaram questões, problemas, erros e reflexões, principalmente, Ailém Bembich, Julia Aquino, Ricardo Ernesto, Eduardo Moric, Lucca Rolim, Aline Dias, Gabriel Palermo, Naomi Kawakami, Lina Kawakami, Diego Liberato Souza, Jean Patrick, Rafael Lemos, Heitor Dellasta, Renan Chicarelli, Pedro Stage, Douglas Sermarini, Veronica Pires, Eduardo Razuk, Cláudia Luiza, Luis Fernando Cirne, minhas irmãs Gabriela Bittencourt e Lorena Bittencourt. Amigos queridos e sinceros que tiveram a paciência de ouvir e trocar.

Gostaria também de agradecer especialmente minha mãe, Ana, e meu orientador, Eduardo Barros Mariutti, por uma educação através da liberdade.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

B548p Bittencourt, Vinícius Domeniconi, 1994-
Poder e governamentalidade liberal : notas sobre Michel Foucault / Vinícius Domeniconi Bittencourt. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Soberania. 2. Economia política. 3. Governamentalidade. 4. Biopoder. 5. Biopolítica. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Power and liberal governmentality: notes about Michel Foucault

Palavras-chave em inglês:

Sovereignty

Political economy

Governmentality

Biopower

Biopolitics

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Bruno Humberto Alves da Silva

Data de entrega do trabalho definitivo: 17-01-2021

Resumo

Tendo em vista que a tradicional abordagem do poder é insuficiente para explicá-lo no Liberalismo, uma vez que se limita ao Estado e às formas jurídicas, esta pesquisa propõe pensá-lo na capilaridade de suas práticas e como ele permeia o corpo social a partir do século XVI. Através dos conceitos que Foucault ilumina, pode-se perceber que o Liberalismo inaugura uma reflexão crítica sobre a prática governamental, supondo que sempre “se governa demais” e buscando propor uma tecnologia liberal de governo.

Résumé

Selon la traditionnel approche du pouvoir c'est insuffisant lui expliquer dans le Liberalisme puisque il se limite a l'Etat e aux façons juridiques, cette recherche est une propose de penser le pouvoir dans la capillarité de ses pratiques e comme il imprègne le corp social depuis du XVIe siècle. À travers des concepts que Foucault allume, nous pouvons percevoir que le Liberalisme inaugure une réflexion critique sur la pratique gouvernemental en supposant que toujours se gouverne excessivement cherchant proposer une technologie libéral de gouverne.

Abstract

Observing that the traditional power approach is insufficient to explain it in the Liberalism once it is limited to the State and the juridical forms, this research is a proposition of think the power in the capillarity of their practices and how it permeates the social body since the 16th century. Through the concepts illuminated by Foucault, it is possible to perceive that Liberalism inaugurates a critique reflection about the government practice suposing that always govern us too much searching propose a govern liberal technology.

Sumário

Introdução.....	5
Objetivo.....	11
Capítulo 1 – Economia geral de poder da soberania.....	12
Capítulo 2 – Governamentalidade e Economia Política.....	23
Capítulo 3 – Liberalismo e Biopolítica.....	41
Considerações finais.....	47
Referências Bibliográficas.....	49

Introdução

A escolha do tema desta Monografia vem de algumas diretrizes pessoais, como o interesse pelo pensamento agudo e multidisciplinar de Michel Foucault, o que me levou a ele foi a pergunta, antes mesmo de ingressar na universidade, “o que é o poder?”. No ínterim dos anos de 2017 e 2018 realizei uma Iniciação Científica¹ financiada pelo PIBIC sobre o debate desse pensador com o linguista Noam Chomsky acerca da Natureza Humana, com o objetivo de perscrutar a criatividade da perspectiva de cada um. Algum mérito deve ser creditado ao organizador do debate, o holandês Fons Elders, que flagrou esses dois grandes pensadores e conseguiu implicá-los em um debate, dois pensadores que invertem, de certo modo, a forma de pensar e as metodologias em seus campos.

No campo da linguagem, o behaviorismo de Skinner era paradigmático até Chomsky desenvolver a teoria da Gramática Gerativa, este afirma que mesmo que se saiba o código genético de um ser vivo supostamente simples como uma bactéria, seria impossível prever seu comportamento. Chomsky irá dizer explicitamente que existe uma natureza humana e que esta natureza é a aptidão inata à aquisição de linguagem, ou seja, baseado em parâmetros “duros” – no limite somos dotados de um cérebro biológico que não se transformou nos últimos 50.000 anos que nos permite projetar, analisar, imaginar, desenvolver religião –, todos os seres humanos seriam capazes de organizar seu próprio universo simbólico de maneira própria, pois se fôssemos suficientemente plásticos seríamos moldáveis pelas forças da natureza. O entendimento semiótico de uma linguagem, segundo este pensador, acontece de repente (*indutive leap*) desde que se viva em um contexto linguístico. Isso seria fundamental para que a criatividade seja possível, uma característica idiossincrática e trivial que todos temos: qualquer um é capaz de criar, rearranjar os signos linguísticos de acordo com suas referências.

Minhas conclusões acerca deste ponto de vista é que é complicado defender uma natureza humana, porque o diapasão com que se afirma isto, primeiro, não garante que seja algo realmente inato, mas algo desenvolvido socialmente, historicamente, geograficamente; segundo, a linguagem, os eventos mentais, a manipulação e utilização de ferramentas ou o comportamento social não

1 Vinícius BITTENCOURT, O debate entre Noam Chomsky e Michel Foucault disponível em: https://www.prp.unicamp.br/sys_pibic/arquivos/rel_final/AlunoCod_18608_1-RelFinal_2017.pdf.

estabelecem, de forma convincente, a fronteira entre os seres humanos e os animais². É interessante perceber como, recentemente, a cibernética e o capital digital tem dissolvido o projeto de constituição de um indivíduo liberal que data desde a Renascença, como categoria abstrata e universal baseada na propriedade do próprio corpo e suas extensões adquiridas pelo trabalho, que estaria a parte dos circuitos energéticos, materiais e da natureza³. Neste projeto de 500 anos fica claro que este indivíduo é um homem, branco, europeu, proprietário, heterossexual, autossuficiente e racional. Por fim, terceiro, a proposição de uma natureza humana tende a hierarquizar os seres vivos, colocando o ser humano no topo da pirâmide, o que seria muito egocêntrico.

Outro ponto de vista que é difícil de concordar com Chomsky é que existem valores universais de justiça, verdade, bondade, amor que vão contribuir para uma essência humana. Se existissem valores universais não haveria problemas políticos, disputas de força, estratégias, guerras etc, tudo seria resolvido através de um denominador comum desde sempre. A metodologia que adotei concorda com Foucault quando se supõe que os universais não existem, não se trata de fazer uma “ontologia interna e circular do poder”⁴, de modo que a história da loucura, do Estado, do súdito, do soberano, da sociedade civil não é algo dedutível de sua própria “realidade transparente”. É preciso entender esses objetos no âmbito de suas práticas e como eram refletidos em seus momentos históricos. Portanto uma metodologia que não se fia a essencialismos.

Já Foucault, inverte o paradigma da história da ciência que operava por dois princípios. O primeiro diz respeito à existência de verdades absolutas (outro essencialismo), que por ventura estão soterradas por crenças, magia, bruxaria, alquimia e precisam ser descobertas. O outro é o princípio de atribuição que laureia os descobridores dessas verdades ocultas, Galileu, Kepler, Newton, Darwin etc. Foucault, nos seus estudos epistemológicos, irá concluir que as epistemes (conjunto de saberes válidos de uma época) são compostas pelas crenças conjunturalmente de cada momento histórico, o que pode incluir a magia, alquimia etc. E o novo aparece com as rupturas epistemológicas, nas quais o nível da mudança será em relação aos objetos, à função dos conceitos, à orientação das pesquisas, por mais que existam sempre expoentes em cada área.

2 Donna HARAWAY, *Atropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª Edição, 2000, pág.40.

3 Eduardo MARIUTTI, *Do individualismo possessivo ao indivíduo possuído: a dissolução do projeto liberal de construção do indivíduo moderno* *Texto para Discussão* no. 393 (2020) disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD393.pdf>.

4 Michel FOUCAULT, *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.331 e p.481.

O debate pode dar a impressão de que ambos possuem uma concepção de natureza humana, mas algo mais próximo de que Foucault se aproxima é uma descrição na História da Loucura da gênese da família burguesa, parâmetros de normalidade, na epistême Clássica (séculos XVII e XVIII) por 4 elementos: a recuperação da razão da Antiguidade Clássica, uma moral cristã, uma ética do trabalho e uma vigilância do Estado. Na última aula do curso Nascimento da Biopolítica (1979) ele dirá, ao falar sobre Adam Ferguson, que “a natureza da natureza humana é ser histórica, pois a natureza da natureza humana é ser social”.⁵

Michel Foucault (1926-1984) nasceu em Poitiers, na França, e, apesar de ter se formado em Psicologia, é reconhecido pela potência da sua filosofia transversal (ao ter como objetos de estudo elementos que não estão restritos apenas a um domínio do saber, como: a clínica, a loucura, o crime, as prisões, a sexualidade, a governamentalidade, a biopolítica etc) e pela profunda compreensão da História das Ideias. Em 1970 ele assume a cátedra de História dos Sistemas de Pensamento em substituição de seu antigo mestre Jean Hyppolite, no prestigiado Collège de France, onde leciona até o ano de sua morte.

Seu pensamento é dividido em 3 fases nas quais seus conceitos, metodologia e temas mudam ao longo do tempo. São elas: a arqueologia do saber, a genealogia do poder e a ética. A arqueologia do saber pode ser entendida como uma relativização da ideia comumente aceita de “Verdade” uma vez que saber e poder implicam-se reciprocamente. Esta fase é caracterizada pelo estudo da Epistemologia, isto é, o estudo dos saberes válidos em uma determinada época através de paralelismos e metáforas com a própria Arqueologia. Nutrindo-se de documentos não triviais, como cartas e outros arquivos escritos bem como dando voz aqueles que estavam presos, ele procurará entender e descrever quais são as condições de possibilidade para que determinados discursos vigorem e quais são seus efeitos. Os livros mais conhecidos desta primeira fase são História da Loucura (1961), Nascimento da Clínica (1963), As palavras e as coisas (1966) e Arqueologia do Saber (1969).

A genealogia do poder guarda uma grande influência do filósofo Friedrich Nietzsche, em um contexto que Foucault compõe com Pierre Vidal-Naquet e Jean-Marie Domenach as atividades com o Grupo de Informações Prisionais (*Groupe d'information sur les prisons* – GIP, 1971). Neste momento ele investigará a mudança do sistema penal pensada pelos reformadores franceses no cenário que

5 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.406.

compõe a sociedade industrial e o sistema capitalista. E, além das prisões, outras instituições de controle na sociedade disciplinar que emerge, como escolas, fábricas, hospitais e manicômios. Foucault, como um pensador muito original, comenta ao longo de suas obras “questões de método” para melhor compreensão de seus ditos e escritos. A suposição de que os universais não existem, por exemplo, já fora mencionada. Ele não pensa a partir de uma lógica dialética que opera por homogeneização de contrários, mas por uma lógica da estratégia, que opera através da conexão, da ponte entre elementos heterogêneos sem dissolvê-los. É preciso ter em mente que ele combate veementemente a concepção negativa de poder como única existente, ou seja, um poder que destrói, reprime, subtrai, recalca, tortura, mata. Ele se esforça durante toda a vida para afirmar que o poder também pode ser positivo, construtivo, propositivo, mediático, relacional, de comunicação. Ao longo da sua vida, ele procurou fazer uma história dos problemas privilegiando um eixo triplo nos seus desenvolvimentos: o saber-poder-sujeito. As obras do período genealógico datam quase todo o período dos prestigiosos cursos lecionados no *Collège de France*, desde o discurso inaugural, *A ordem do discurso* (1971), até o *Nascimento da biopolítica* (1979).

Por fim, mas não menos importante, na parte ética, também conhecida como ontologia do presente e do cuidado de si, ele retornará aos primeiros anos da civilização ocidental estudando os estoicos, epicuristas e cínicos à procura de uma “estética da existência” para propor novas práticas de vida para além do assujeitamento dos dispositivos de poder. Os dispositivos, em sua obra, são entendidos como elementos heterogêneos discursivos ou práticos (o conceito de epiteme era insuficiente) que sempre servem às estratégias das relações de poder.⁶

Esta monografia, então, procura depreender como muda a concepção de poder exercido na Idade Média, concentrado principalmente na figura dos monarcas absolutistas e dos clérigos, na transição do feudalismo para a sociedade moderna. Em um segundo momento, pretende-se descrever analiticamente qual é a especificidade do poder na governamentalidade que emerge com os Estados modernos industriais a partir dos cursos ministrados no *Collège de France*, *Segurança, Território e População* (1978) e o *Nascimento da Biopolítica* (1979).

⁶ Giorgio AGAMBEN. O que é um dispositivo? Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>

A ideia, implícita aqui, é abordar o liberalismo, em seu surgimento, para além do *stricto senso* que o considera como um pacote de políticas econômicas, mas como uma série de práticas, dispositivos, técnicas, saberes e o próprio mecanismo de mercado com a suposta eficiência de produção e distribuição da riqueza material que no fim atravessam e doutrinam sutilmente os corpos. Estas características surgem no arcabouço liberal com o propósito de uma reflexão crítica sobre a prática governamental que parte da hipótese “sempre se governa demais” para propor uma tecnologia liberal de governo, na qual as pessoas incorporam uma vigilância em rede e acreditam serem “livres” através do consumo, é o “governo pela individualização”.

O momento do pós-guerra, do intervalo entre os anos 1950 a 1980, no qual Michel Foucault se forma e produz é um período de grandes transformações no mundo. Desde os anos 50's o movimento negro nos Estados Unidos começou a deflagrar suas demandas de igualdade em uma sociedade que deu origem ao KKK (Ku Klux Klan), uma das sociedades secretas mais perversas que já existiram – que não perseguia apenas os afro-descendentes, mas os estrangeiros, as feministas, os judeus, os homossexuais e os liberais anti-cristãos –, uma sociedade ainda do apartheid, na qual ainda existia uma separação definida dos lugares (escolas, ônibus, bares, ruas etc) para “pessoas brancas” e “pessoas de cor” (*colored people*). Esses movimentos foram liderados pelos Panteras Negras (*Black Panthers*) e por Martir Luther King, algo que persiste até hoje com novas lideranças, devido a triste realidade do racismo, da desigualdade e da repressão policial que ainda existem, vide os últimos acontecimentos do “I can't breath”.

É um momento do afloramento do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), deflagrando uma discussão incandescente sobre a multiplicidade da sexualidade e do gênero na Europa frente à visão monolítica da heteronormatividade da família tradicional. É um momento do surgimento da categoria juventude, como uma nova fase intermediária entre a infância e a maturidade do adulto, de modo que as crianças entre os 13 e os 20 anos não precisem passar por “rituais” forçados de inserção na vida adulta pelo trabalho (a criança é como uma mônada, uma miniatura do adulto, é uma caricatura), no caso dos meninos e pelo casamento, no caso das meninas. A vida sexual não será mais iniciada por bestialidade ou prostíbulo (no caso dos meninos), ou pelo próprio casamento (no caso das mulheres). Este período dos 13 aos 30 anos será ensejado como um

tempo de maturação gradativa, no qual, as pessoas que terão oportunidade, ingressarão nas universidades.

É o momento do Bem-Estar Social, dos pactos sociais do pós-guerra que garantirão o pleno emprego, os efeitos multiplicadores decorrentes de uma distribuição da renda. É o momento do movimento hippie. É o momento da miniaturização dos eletrodomésticos. E quando falirem os Anos Dourados (1950-1970), a Guerra do Vietnã aparecerá como aglutinador dos lamentos mundiais.

Objetivos

Este projeto de pesquisa, fundamentado principalmente pela articulação dos conceitos e leituras de Michel Foucault sobre o Liberalismo, procura rastrear através de processos de longa duração traços da emergência de uma nova forma de poder que se diferenciará daquela estabelecida na Idade Média. O início desta análise abrange a Europa Ocidental, mas como o Liberalismo é uma racionalidade hegemônica tanto globalizante, como individualizante, é possível identificá-lo em quase todos os lugares do mundo hoje em dia. É preciso salientar que há especificidades ao que se está chamando de Liberalismo, há variações das táticas e práticas dele na Inglaterra, na França, na Alemanha, para os Ibéricos, no Brasil etc. Identificando os vestígios herdados do poder pastoral e como as Monarquias Absolutistas exerciam um poder de certo modo custoso tanto em termos econômicos (quantos vigias são necessários?) como em termos políticos pela espetacularização da violência do cadafalso e da exposição dos corpos dilacerados (suscitando resistências e revoltas), irá identificar a gênese de técnicas de poder em que não existe mais um titular neste exercício, mas mecanismos que se exercem sobre todos, de modo heterogêneo, sofisticado, incisivo, capilarizado, imperceptível.

O cerne deste trabalho consiste em pensar a Economia Política como governamentalidade, como paradigma e forma de governo da biopolítica. Há um esforço doravante em explicar os conceitos de **governamentalidade** e de **biopolítica**, considerado pelo próprio Foucault como nebulosos, mas que todavia necessários de acordo com a sua metodologia. A Economia Política no berço da sua formação irá se perguntar quais são as regras que governam essa sociedade que já existe? Para, em seguida, pensar qual será a condução política acurada, qual a ação do Estado consonante com essas regras. Essa será a primeira política de populações. A economia política pensada em sua época de surgimento era um saber constitutivo de homens práticos, depois, com a Modernidade em marcha, categorias vão surgindo e um saber que é multifacetado vai se subdividindo em outras esferas, como a jurisprudência, a própria ciência econômica, a medicina, a psiquiatria, biologia, antropologia etc. Qual seria o sistema legal-jurídico ótimo?

O problema em face da biopolítica será **como uma cidade será uma boa condutora do comércio conjugando isso com mínimas condições sanitárias**. Pois não adianta uma cidade fazer circular bem os fluxos comerciais, mas que, por outro lado, é insalubre e as pessoas morrem de diarreia porque não possuem saneamento básico.

Capítulo 1 – Economia geral de poder da soberania

Neste primeiro capítulo tratou-se de investigar o contexto em que as 3 formas mais consolidadas de poder (o poder pastoral, o poder soberano e o poder disciplinar) na Europa se constituíram ao longo da Idade Média até os séculos XVI e XVII. Foucault faz um recuo de longa duração para entender o poder pastoral, tendo em vista que ele apresenta elementos que serão dissolvidos e aproveitados pela nova forma de poder que surge a partir do século XVI, a governamentalidade. Tratou-se, igualmente, de perscrutar o poder soberano e o poder disciplinar para melhor situar os elementos que irão tensionar esta economia geral de poder (soberania do soberano), bem como transformar os saberes e as tecnologias de poder no íterim do século XVI ao século XVIII.

Antes de salientar a matéria-prima propriamente dita do poder soberano é necessário recuperar elementos que guardam continuidade e são aproveitados do poder pastoral. Foucault faz uma incursão profunda até os hebreus, assírios, egípcios e mesopotâmicos da Antiguidade (uma vez que essa ideia não era familiar aos gregos e romanos)⁷ e constata que o poder pastoral é um poder benfazejo, isto é, que se justifica pelo bem que faz ou promete fazer. É um poder que promete uma salvação do mundo profano, uma salvação das almas. E, por fim, um poder que se aplica em uma multiplicidade em movimento, ou seja, no direcionamento do rebanho em busca da melhor relva, o pastor mostra o caminho.⁸

O pastor exerce um poder que é ao mesmo tempo totalizante e individualizante (*omnes et singulatum*), ele aplica-se a todas e cada uma. É o paradoxo moral e religioso do pastor: ele deve sacrificar a desgarrada pelo rebanho ou o rebanho pela desgarrada?⁹

O poder pastoral é um poder do cuidado, do zelo, da dedicação, da aplicação que age sobre as subjetividades das ovelhas e não sobre o território.

O Cristianismo implanta-se no interior do Império Romano efetivamente, a partir do século III d.C., quando se estabelece a crise do escravismo, tornando-se um novo elemento de aglutinação dos povos principalmente na Europa. A partir de então o poder pastoral passou a ser cristalizado pelo

7 Michel FOUCAULT, Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.166.

8 Ibidem, p.168-9.

9 Ibidem, p.172.

Cristianismo e pela organização de uma densa rede hierárquica em uma Igreja que não cessou de se aperfeiçoar até o século XVIII.¹⁰ O pastorado sedimentará na instituição de uma Igreja leis, tarefas, regras, privilégios, posições, técnicas e procedimentos do “governo das almas” (Grégório de Nazianzo) através do poder sacramental, da comunhão. Esse próprio São Gregório de Nazianzo, no século IV dC, irá dizer que o pastorado é uma economia das almas, *oikonomía psychôn*, ou seja o difícil governo de seres dotados de apetites e desejos.¹¹ (Concepção de economia muito diferente de Aristóteles ligada à gestão da família no lar). Deste modo há uma expansão desse dispositivo na humanidade ou pelo menos na cristandade inteira. A melhor tradução de *oikonomía psychôn* é a conduta das almas, algo que será recuperado no século XVI quando a questão da condução de condutas vier à tona.

O poder pastoral é uma arte de governar os homens e possui 3 eixos principais que se articulam mutuamente: a salvação, a Lei e a Verdade. O que é curioso é que essa tríade é fundadora da formação do indivíduo ocidental através de seus respectivos processos de subjetivação.

A rigor, seguindo São Tomás, há uma continuidade cosmológica-teológica em governar o mundo pastoralmente e a soberania dos reis. Basicamente por 3 analogias: 1) Deus cria e rege a natureza, de modo que cabe ao rei imitá-la; 2) O rei é como a força vital, uma coesão, do organismo social que impede que as partes tendam ao bem próprio esfacelando o bem comum; e 3) O homem tende à felicidade eterna, o gozo de Deus.¹² O rei deve garantir não apenas que a salvação não seja comprometida, mas que ela seja possível. Ela consiste em governar os homens para a salvação em outro mundo, em que era necessário criar suas causas finais. Ela se caracteriza pelas relações de dependência pessoal herdadas das relações de obediência individual que o poder pastoral estabelece, tendo em vista que a vida monástica representa a saturação do modelo disciplinar. E, por fim, estabelece-se mecanismos legais-jurídicos que vão prescrever regulamentos e instituir proibições. Destes mecanismos destila-se o processo de normação que é julgar o que é o normal pela norma, estabelecendo-se assim uma normatividade.

No século XVI ocorrem dois processos que vão transformar a concepção e o alcance do governo. O primeiro é a formação dos Estados nacionais, territoriais, administrativos e coloniais. O segundo movimento é caracterizado pela Reforma Protestante e pela Contra-Reforma Católica. A

10 Ibidem, p.174

11 Ibidem, p. 197, 254.

12 Ibidem, p. 311-13.

instituição da Igreja Católica, já no Decameron de Boccaccio (1348) é descrita pela falcatrua dos seus monges e abades, de modo que, no século XVI, ela provoca dissidência e dispersão religiosas. Foucault cita 5 elementos internos, porém marginais ao poder pastoral que são articulados como contracondutas, quais sejam : a ascese, a mística, a comunidade, a escrita e a crença escatológica.

O poder soberano apesar de não se confundir com o poder pastoral (exceto na figura do ministro que exerce as duas funções), está no seu cruzamento e estabelece pontes com ele uma vez que há uma consagração dos reis que se tornam representantes de deus na Terra. Cada um desses poderes guarda uma especificidade: o primeiro se exerce de forma imperial e o segundo de forma mística.¹³

Observando a forma de mando do rei, é possível perceber que ele não apenas nega o desejo dos súditos como não o considera. A sua vontade é suprema e inviolável, inquestionável. E, quando violada, questionada, a punição encarregada assume uma dimensão espetacularizante e definitiva (sem moralização ou correção), com a dinâmica de cadafalso onde os corpos são dilacerados e torturados, como este suplício descrito em *Vigiar e Punir*:

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris aonde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barriga das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 1977, p.11)

Curiosamente essa tortura é a mesma que a Igreja católica inflige aos hereges, inclusive a mesma que se aplica aos negros escravizados nos países colonizados da América.

De maneira arguta Foucault revisita o século XVIII de inúmeras perspectivas e encontra o panóptico de Bentham. Este, por sua vez, era um jurista inglês, expoente do Utilitarismo que descobre com o irmão que estava no exército um elemento do modelo disciplinar, o panóptico. O panóptico é uma técnica que otimiza o custo econômico da vigilância (até onde a vigilância é rentável?),

13 Ibidem, p. 205.

consistindo em uma arquitetura concêntrica na qual todos os setores são, simultaneamente, dispostos de maneira isolada, para evitar o contato, e, todavia, podem ser observados por um único olhar central. Utilizado inicialmente em exércitos, é replicado nos hospitais, escolas, oficinas, prisões ou qualquer outra instituição disciplinadora. Ele otimiza o custo político também, uma vez que a ameaça do olhar, a suspeita da vigilância substitui a violência do rei. As pessoas internalizam essa patrulha e a reproduzem observando e corrigindo seu próprio comportamento e o dos outros.

O panóptico representa plenamente o modelo disciplinar, ele regulamenta tudo, ele é a edificação em um espaço vazio em que se implanta perfeitamente as relações hierárquicas, sem atritos, onde os mecanismos de poder funcionarão sem limites.¹⁴ É o edifício da fábrica, da escola, do manicômio, do hospital, da prisão. Aqui não haverá apenas uma lei binária do que é proibido (“não matarás”, “não roubarás”), mas algo prescritivo do que é obrigatório. Haverá coordenações no mais fino grão de areia, nos ínfimos detalhes. É o sonho de todo soberano, um princípio de vigilância exaustiva dos súditos e dos gestos.¹⁵ “A disciplina é essencialmente centrípeta... [ela] isola um espaço, determina um segmento. A disciplina centra, concentra, encerra” (FOUCAULT, 2008, p.58). De todo modo, este período antes do Iluminismo, muitas vezes retratado como um período sombrio, ele é caracterizado por uma verdade e uma justiça do rei.

A Europa durante os longos anos da Idade Média aprendeu a regulamentar a terra e, portanto, sempre esteve em um regime territorial. Segundo a problemática de Maquiavel, o sistema de poder como a feudalidade fora fundado e desenvolvido na dominação territorial. É disso que Adam Smith está falando quando discorre sobre o direito de primogenitura e o direito de morgadio. São direitos que impedem a transmissão da terra por sucessão ou alienação¹⁶, criando uma linhagem linear, aristocrática, feudal. Fraturar, subdividir um território na Idade Média era dar chance à bancarrota, às dinâmicas imperialistas de pilhagem em que se articulavam suseranos e vassalos para defesa mútua. Pretendia-se garantir sempre as maiores porções de terra para que não fossem dissolvidas por outras alianças.

Esses direitos garantiam a indivisibilidade da terra, pois dividi-la a submetia a incursões dos vizinhos. Terra era sinônimo de poder e proteção. Todo grande proprietário estabelecia uma relação de

14 Ibidem, p. 23.

15 Ibidem, p.87.

16 Adam SMITH. A riqueza das nações, livro terceiro. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996, p.379.

dominância para aqueles que podiam fornecer apenas o cultivo da terra e um corpo guerreiro. Nas extensões onde as leis do rei não chegavam, era preciso se associar como um súdito, aos proprietários da terra. O grande proprietário era juiz, legislador e líder de guerra, que vivia em castelos fortificados. A primogenitura, o morgadio, o dízimo, a talha, são formas tradicionais de se organizar os tributos sobre aqueles que estão presos à terra e conformam compromentimentos jurídicos que contribuem para manutenção de uma relação de dependência do camponês com um grande proprietário no seu território. Destarte, o problema que a soberania tem em face é como conquistar, demarcar, fixar, manter, proteger e ampliar o território.¹⁷

Esse território sofre no fim da Idade Média uma transformação na sua paisagem, a urbanização. O surgimento dessa urbanização é alvo de muita discussão no sentido de se a sua origem provém dos encontros comerciais ou se sua origem é a guerra. A questão é que as cidades erigem-se dentro de um perímetro murado, são uma fortaleza contra os processos de pilhagem. E, além disso, a cidade sempre fora uma exceção, por excelência, da cobrança impostos ou pagamentos, sempre fora uma zona franca (livre de obstáculos, desempedida, isenta), autônoma,¹⁸ era difícil tributar essa região de encontros efêmeros, segundo Adam Smith:

costumava-se cobrar impostos sobre as pessoas e os bens dos viajantes, quando passavam por certo domínios feudais, quando atravessavam certas pontes quando levavam suas mercadorias de um lugar a outro na feira, quando nela levantavam uma barraca ou banca para vendê-las. Na Inglaterra, esses diversos tipos de impostos eram conhecidos sob os termos de *passage*, *pontage*, *lastage* e *stallage*. (SMITH, 1776, p.389-90)

A autonomia relativa que o espaço urbano começou a adquirir escapava da alçada dos mecanismos territoriais de poder de modo que era necessário reconciliá-la com a legitimidade da soberania. É preciso enfatizar que entre os séculos XVI e XVIII a Europa passou por um aumento substancial de sua população, descobriu novas minas de ouro e aumentou sua produção agrícola de modo que as cidades se encontram em um delineamento de 3 problemas cruciais: i) elas possuem jurisdições e administrações particulares; ii) elas estão contidas dentro de um espaço murado e densamente povoado cuja população está crescendo; e iii) a cidade, devido à especificidade de sua paisagem, apresenta diversidade econômica e social em relação ao campo.¹⁹ A relação entre a cidade e o campo sempre fora de complementaridade. O campo produz (ou extrai) bens de subsistência ou produtos brutos enquanto a cidade, que comprará seu excedente, irá transformá-los através da

17 Michel Foucault. Segurança, território e população. Op. Cit. p.85.

18 Ibidem, p. 84.

19 Ibidem, p. 17.

manufatura. De todo modo, assim como os burgueses precisam de alimentos, os camponeses necessitam de dos artífices do burgo (padeiro, cervejeiro, pedreiros, curtidores, aqueles que confeccionam ferramentas, sapateiros, alfaiates, varejistas). O crescimento populacional e das relações comerciais, coloca a cidade em uma situação de necessidade do intercâmbio com o campo.

Com exceção de Maria Antonieta que tinha alguns banheiros estratégicos em Versailles, Paris era suja, fedida e cheia de miasmas mórbidos. O Sena era uma coacla onde eram despejados dejetos, restos de açougue, resíduos de substâncias que curtiam o couro. As pessoas eram enterradas nas cidades (sem caixão). E apesar de Luís XVI ter possuído um dossiê de reclamações específicas sobre a sujeira, decapitar pessoas em praça pública não era nada antisséptico. Ou como era o caso de Londres, as ruas e lagos eram como que latrinas com barro úmido, excremento e víceras de animais, peixe podre (abundante em festividades religiosas), cerveja (afinal a água era muito contaminada para se beber pura), urina e dejetos. Não havia métodos apropriados para limpar, tampouco tinha-se a ideia de que as doenças eram causadas por microorganismos. Londres começa a ficar super povoada e cada vez mais suja por consequência de uma proto revolução industrial, químicos fétidos das fábricas de curtir cor e despejos pútridos das cervejarias e pescarias eram jogados nos rios e ruas. Há também o aumento do consumo de carne pelos ricos uma vez que uma sociedade opulenta estava em vias de se desenvolver, e esta carne precisa ser escaldada pra tirar o pêlo, toda essa sujeira permanecia na cidade, pois não existia a concepção de um sistema sanitário para drená-la.²⁰

Ficará cada vez mais claro para os soberanos, para os pensadores e para as pessoas práticas que, a partir do século XVI, será cada vez mais difícil continuar com explicações transcendentais para resolver as questões. Principalmente quando 2 questões cruciais e interrelacionadas aparecem: 1) como o Estado territorial de soberania pode assegurar seu próprio desenvolvimento econômico através do comércio? Como garantir condições sanitárias mínimas? Ou seja, os problemas patentes eram as aglomerações crescentes e desordenadas em ruas esreitas e sujas que estavam impossibilitando os fluxos comerciais fluírem livremente de modo que o planejamento arquitetado por Vigné Vigny é muito interessante, ele propõe eixos que atravessavam a cidade e ruas largas pra assegurar 4 funções:

1) higiene, arejamento, eliminar miasmas mórbidos;

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=fCEU9OUIFJE> (París: el fétido pasado de la ciudad más bella | BBC EXTRA), <https://www.youtube.com/watch?v=XXbzr0KIQDs> (El pasado asqueroso de Londres | BBC Mundo), acesso em 08/11/2020.

2) possibilitar o fluxo comercial nas cidades;

3) articular ruas com estradas externas para mercadorias irem e virem; juntamente com o controle aduaneiro;

4) garantir a vigilância, pois suprimidas as muralhas todos circulam.²¹

É preciso ter em mente que no século XVI o Mercantilismo além de ser a primeira organização da produção e da circulação de bens e riquezas, as próprias categorias de trabalho e produção ainda não estavam presentes de forma cristalizada e como objetos bem definidos do saber, de modo que seria anacrônico fazer uma leitura de que isto já constituía uma Economia Política. Foucault chama a esfera no domínio econômico da episteme renascentista de Análise das Riquezas, a qual concebe os conceitos de comércio, circulação, renda, interesse, valor e preço.²² A Análise das Riquezas compõe juntamente com a História Natural e a Gramática Geral as epistemes que vão definir o sujeito humano como indivíduo trabalhador, vivo e falante. É a descrição de como as trocas acontecem na época, de modo que emerge a discussão sobre a moeda metálica. Com o mercantilismo surge a demanda da pujança dos Estados-nações através do enriquecimento via acumulação monetária, do aumento da população e da concorrência inter-estatal.

Pois bem, este é o contexto do metalismo no qual até então podia-se considerar que a Europa estabilizara suas trocas em um trimetalismo: com o ouro, a prata e o cobre. O cobre vai sendo utilizado apenas para troco, assumindo-se um bimetalismo e gradativamente a prata e o próprio ouro vão sendo substituídos na história (pelo crédito, pelos papéis, pelo próprio processo de financeirização que se descola da materialidade das coisas). Todavia cabe discutir a substância, as características, as funções e a representação da moeda metálica.

A moeda, no Renascimento, é alvo de intensas discussões pois ela aparece como um dispositivo que tem tanto um valor intrínseco, como um valor de representação. Muitos objetos ao longo da história serviram de moedas, a saber, conchas, gado (de onde o radical “pecu” designa tanto pecuária como pecuniário), sal entre outros. Quando se pensa nas características da moeda seus requisitos eram que fossem úteis, desejáveis e raras. A escolha da prata e principalmente do ouro como objeto privilegiado do processo de monetização decorre das suas qualidades intrínsecas para sua legitimação,

21 Michel FOUCAULT. Op. Cit. p.24.

22 Michel FOUCAULT. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 227.

quais sejam: sua portabilidade, divisibilidade, densidade (concentração de peso por volume), homogeneidade por peça, imperecibilidade, inalterabilidade, dureza e a própria possibilidade de cunhagem.²³

Da preciosidade, do brilho, das qualidades e características já enumeradas funda-se as três funções da moeda. A primeira delas é a unidade de conta. A Providência estabelece a conexão entre o metal e a mercadoria²⁴, de modo que o valor de todas as mercadorias passa a ser referenciado pela moeda, ela precifica as coisas vendáveis. Ela evidencia uma equivalência entre a própria moeda e as mercadorias, mas também uma métrica da relação das mercadorias entre si. A segunda função é a de meio de troca. A moeda é uma facilitadora das trocas, ela azeita o intercâmbio de mercadorias. Uma vez que os objetos desejáveis e necessários são muito heterogêneos e que o escambo como pensara Adam Smith nunca existiu²⁵, a moeda, desde de que seja aceita em um contexto de mercados organizados ou em organização, será um intermediário no processo de troca. Por fim, a moeda possui reserva de valor. Essa função é um pouco controversa na literatura, Aristóteles, por exemplo, afirmará a esterelidade da moeda uma vez que “a abundância do metal não impede que se morra de fome”²⁶. Fora da moedagem, o ouro e a prata não tem muita utilidade, eles podem ser utilizados em prataria ou de modo estético como jóias, mas a moeda passa por um processo que lhe permite o acúmulo de valor em si. A partir do momento em que os mercados passam a ser organizados²⁷ há a percepção da liquidez imediata do dinheiro: a rápida aceitação sem perda de valor.

Logo, no processo de centralização dos Estados-nacionais a moeda passa a ser fiduciária, isto é, passa a ser signo de riqueza, representação, pois passam a receber a imagem e a marca do príncipe. O valor da moeda não virá de suas propriedades intrínsecas, mas do lastro do príncipe e da relação recíproca entre as mercadorias.²⁸

23 Ibid, p. 242.

24 Ibid, p.236.

25 Cf. David GRAEBER. Dívida: Os primeiros 5.000 anos. São Paulo: Três Estrelas, 2016, p.32. No segundo capítulo deste livro Graeber discute o mito do escambo, uma vez que em nenhuma monografia de etnografia há algo parecido com o escambo descrito por Adam Smith. O escambo carece de uma dupla coincidência de demanda, algo que só pôde ser concebido a partir de um noção de economia monetarizada.

26 Adilson M. GENNARI, Roberson de OLIVEIRA. História do pensamento econômico. São Paulo: Saraiva, 2009, p.10.

27 Talvez o movimento de privatizar as terras com os *enclosures* tenha sido crucial pra cingir toda a população ao mercado: no limite é preciso ou comprar a terra, ou alugá-la, de modo que todos são empurrados para o mercado de trabalho assalariado na Europa.

28 Michel FOUCAULT. As palavras e as coisas... Op. cit., p.241.

Foucault dirá que a confusão ou a contradição entre o papel representativo da moeda ou seu valor intrínseco, ou seja, os partidários da moeda-signo e da moeda-mercadoria é uma oposição superficial pois repousa na concepção de que ela é a garantia de um equivalente comum.²⁹ Tendo em vista que a quantidade de espécie e a quantidade de dinheiro nunca são estáveis ou que não oscilam proporcionalmente o preço nominal frequentemente se descola do preço real das coisas alterando as funções da moeda.

As grandes discussões em pauta da época concernem recorrentemente à quantidade dos meios circulantes, mais precisamente à escassez de meios circulantes ou sua flutuação na Europa:

no fim do século [XVII], sente-se que o metal monetizado é demasiado raro: regressão do comércio, baixa dos preços, dificuldades para pagar as dívidas, as rendas e os impostos, depreciação da terra. Daí a grande série de desvalorizações ocorridas na França...reaparecimento dos metais, o aumento dos preços, a reavaliação da terra, a revalorização do comércio. (FOUCAULT, 1966, pág. 248-9)

Com a projeção prematura dos Ibéricos ao Atlântico e a empresa colonial nos trópicos, descobriu-se as minas ameríndias de modo que o afluxo do ouro americano causasse o encarecimento relativo das mercadorias devido ao aumento quantitativo de espécie monetária. Esta abundância provoca a diminuição do poder de compra, e o ouro, na verdade, passa por Portugal e pela Espanha como um entrecruzamento, pois acabam repousando de fato nos países onde a produção já está mais engendrada, como na Inglaterra que já possuía alguma indústria e alguma agricultura desenvolvidas, o numerário ali cresce gradativamente e proporcional à produção.³⁰

É curioso que Foucault na empreitada da arqueologia do saber flagra a descrição da circulação sanguínea na mesma episteme, no mesmo contexto da circulação do dinheiro:

Segundo Hobbes, o circuito venoso da moeda é o dos impostos e das taxas que subtraem das mercadorias transportadas, compradas ou vendidas, uma certa massa metálica; esta é conduzida até o coração do Homem-Leviatã — isto é, até os cofres do Estado. É lá que o metal recebe o “princípio vital”: o Estado, com efeito, pode fundi-lo ou tornar a pô-lo em circulação. Em todo o caso, somente sua autoridade lhe dará curso; e, redistribuído aos particulares (sob forma de pensões, de emolumentos ou de retribuição por provisões compradas pelo Estado), estimulará, no segundo circuito, agora arterial, as trocas, as fabricações e as culturas. A circulação torna-se assim uma das categorias fundamentais da análise. (FOUCAULT, 1966, p.246-7)

O mercantilismo encontra-se em um registro de um sistema legal-jurídico do soberano que vai prescrever uma série de regulamentos para, por exemplo, prevenir a escassez alimentar. A fome e a escassez alimentar até o século XVI eram vistas como um castigo da Providência por uma má conduta

29 Ibid, p.250.

30 Ibid, p. 261.

ou por desvios morais das pessoas, como a má fortuna. A partir de então pretendia-se instituir uma série de limitações, pressões e vigilância para evitar a escassez alimentar nas cidades e sua consequente revolta. Proibira-se a exportação, a estocagem (para evitar o açambarcamento), a plantação de outras espécies, limitou-se o preço do trigo, a extensão dos cultivos (caso fossem muito grande o preço poderia cair muito), pressionou-se a plantar uma quantidade mínima de trigo e vendê-lo antes que o preço suba. Todavia a história mostra que, na maior parte das vezes, o tabelamento de preços não funciona, nem na Roma Antiga de Diocleciano tampouco na economia brasileira do Sarney do final do século XX. Esse sistema que implica na venda do cereal pelo menor preço, de modo a gerar o menor lucro para o camponês, para vender ao menor preço nas cidades e para, finalmente, atribuir um menor salário urbano (correspondente à subsistência) levará os camponeses à bancarrota, pois os custos de produção superam o lucro. Sem ganho na abundância qualquer irregularidade climática levará à fome.³¹

A concepção de população antes do mercantilismo tem um sentido negativo de “depopulação”, era a reação à desertificação, ao processo de se repopular algum lugar após uma catástrofe. No mercantilismo ela era dinâmica do poder e da riqueza do soberano e do Estado desde que fosse obediente e ativa, fornecendo braços para a agricultura, a manufatura e as tropas. Ela garantia a balança comercial favorável, uma vez que a abundância no mercado de trabalho permitia que a produção interna não carecesse de importação, e em contrapartida, o baixo preço das mercadorias fomentava a exportação.³²

A população é considerada pelos mercantilistas como força produtiva em um sistema legal-jurídico em vias do movimento disciplinar:

A população estar assim na base tanto da riqueza como do poderio do Estado é algo que só pode ocorrer, claro, se ela é enquadrada por todo um aparato regulamentar que vai impedir a emigração, atrair os imigrantes, beneficiar a natalidade, um aparato regulamentar que também vai definir quais são as produções úteis e exportáveis, que vai estabelecer também os objetos a serem produzidos, os meios de produzi-los, os salários também, que vai proibir o ócio e a vagabundagem. Em suma, todo um aparato que vai fazer dessa população, considerada portanto princípio, raiz, de certo modo, do poder e da riqueza do Estado, que vai garantir que essa população trabalhará como convier; onde convier e em que convier. Em outras palavras, era a população como força produtiva, no sentido estrito do termo a preocupação do mercantilismo – creio justamente que não é depois dos mercantilistas, não é no século XVIII, não é evidentemente tampouco no século XIX que a população será considerada essencial e fundamentalmente força produtiva. Os que consideraram a população essencialmente força produtiva foram os mercantilistas ou os cameralistas, contanto, é claro, que essa população fosse efetivamente adestrada, repartida, distribuída, fixada de acordo com mecanismos disciplinares. População,

31 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.41-44.

32 Michel FOUCAULT. Op. Cit, p. 88-9.

princípio de riqueza, força produtiva, enquadramento disciplinar: tudo isso se articula no interior do pensamento, do projeto e da prática política dos mercantilistas. (FOUCAULT, 1978, p.90-1)

A população da perspectiva mercantilista/cameralista é um objeto jurídico-político, é uma coleção de súditos diferenciados por estatuto, posição, bens, cargos, ofícios, sujeitos ao principado do príncipe, à vontade do rei. O soberano não apenas desconhece o desejo da população como o nega. O poder soberano é um poder “anatomo-político”, que descobriu o indivíduo e seu corpo modelável, é um poder de administração da morte. O soberano exercia um poder de “confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorção de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos” (FOUCAULT, 1988, p. 127). É uma tanatopolítica, pois “faz morrer e deixa viver”.

Destarte temos situado o contexto do poder pastoral que, nos seus rudimentos, existe antes mesmo de Cristo e era desconhecido pelas civilizações consideradas berço do Ocidente, mas que atravessa os séculos e se sedimenta como uma poderosa forma de poder na Idade Média, uma forma de condução de condutas. Por outro lado situamos a soberania como outra forma de poder, paralela ao pastorado, mas que se apresenta em um regime predominantemente territorial e da vontade do rei.

Capítulo 2 – Governamentalidade e Economia Política

Descrito o regime geral de poder da soberania, que estava plenamente constituída nos séculos XVI e XVII, com a concepção de coleção de súditos, de punição, da circulação das riquezas, do regime territorial e as pontes com o pastorado, esse próprio regime começa a ser tensionado. Dizendo, *en passant*, como se caracterizava a reflexão política, temos os Espelhos de príncipe como razão governamental da Idade Média, o surgimento da obra O Príncipe de Maquiavel (1513), uma literatura concomitante e crítica de Maquiavel que dará origem à Razão de Estado (final do século XVI e século XVII) e ao Estado de Polícia (séculos XVII e XVIII), e por fim o que se chamará de uma nova arte de governar desenvolvida pelos economistas a partir do século XVIII.

Os Espelhos de príncipe eram manuais escritos por ministros ou nobres que descreviam como o príncipe devia se portar perante outros príncipes, outros nobres, como deveria tratar os súditos e, também, como se apresentar como um representante de Deus no mundo. Essa literatura existiu cada qual em cada país da Europa até o surgimento da obra O Príncipe de Maquiavel. Maquiavel fora ovacionado pelos seus contemporâneos, mas, também, no fim do século XVIII e começo do século XIX no contexto da Revolução Francesa, de Napoleão, do Congresso de Viena (1815) e da unificação do território alemão e italiano em face das questões da manutenção da soberania do soberano, das novas relações estratégicas entre os Estados e garantia da própria unidade territorial.³³ O problema de Maquiavel era basicamente a segurança do príncipe em seu principado, era garantir a soberania do soberano, minimizar o risco de sua deposição ou qualquer ameaça. Esse tratado de habilidades, qualificativos reais ou aparentes, das virtudes e interesses do príncipe que buscava a conservação do principado tinha dois alvos: o território dado (conquistado ou herdado), e os súditos entendidos como essencialmente passivos, ingênuos, instrumentalizados pelo príncipe que habitam esse território³⁴.

Maquiavel tentará firmar um elo coeso entre o frágil vínculo do príncipe com o principado. O soberano, para ele, é dotado de 3 características: a singularidade, a externalidade e a transcendência.³⁵ A singularidade seria o exercício titular do poder, o arbítrio e capricho do príncipe, que estão diretamente

33 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.120

34 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.85, 123, 128 e 363.

35 Ibidem, p. 122.

relacionados aos laços artificiais com seu principado (tradição, violência, aliança com outros príncipes, herança), caracterizando a externalidade. E a transcendência é a explicação esotérica, religiosa, divina, da herança e representação desse poder no mundo. É curioso perceber como até o século XVIII as doenças, a fome, a escassez alimentar, as más colheitas, as intempéries, os problemas políticos e principalmente a posição do próprio rei são explicados por uma Providência divina. A explicação do mundo material está fora dele.

Maquiavel entre os anos 1580 e 1660 estava no centro do debate, seja de modo elogioso, seja sendo criticado. Surge, então, toda uma literatura anti-Maquiavel que irá fundar a razão de Estado ou uma arte de governar, que não se encontra em Maquiavel, afinal ele só quer saber dos caprichos do príncipe, mas que, para ser dita, é dita através dele.³⁶ Maquiavel não inaugura a Modernidade, mas representa o fim de uma era.³⁷

A filosofia, no século XVI, pôde voltar a colocar questões à parte do pastorado, afinal, ela sempre representou a reflexão de como se conduzir perante os outros, mas havia sido drenada, desidratada por 15 séculos de cristianismo³⁸. Assim a questão da conduta fora do âmbito religioso aparece se perguntando: como governar? Qual é a racionalidade mais efetiva? Como o governo pensa e faz pensar? Qual é o conjunto complexo e heterogêneo de instituições, procedimentos, análises reflexões, cálculos, táticas, práticas que permite se conduzir a conduta dos indivíduos? Quais são os mecanismos e estratégias capazes de assegurar o controle e a regulação da população? Governar é conduzir e conduzir as condutas das pessoas e das coletividades em circulação em seu meio³⁹, por isso a importância do poder pastoral: ele aprendeu a conduzir o rebanho em sua filigrana, mas justamente no seu deslocamento, no seu movimento. A filosofia retorna pra dizer qual é o modo mais conveniente de conduzir no cotidiano si mesmo, os filhos, as crianças, a família, o soberano⁴⁰, e a própria conduta pública (no século XVI é cedo para opor público e privado, mas começa-se a esboçar uma série de deslocamentos complexos que podem ser sintetizados, por exemplo, pela diferenciação entre o próprio Estado e o reino/principado).

36 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.326.

37 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.85.

38 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.200.

39 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.164.

40 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.308.

Esses novos questionamentos surgem no quiasma, no cruzamento de alguns acontecimentos importantes que são: a centralização dos Estados nacionais europeus, a Reforma Protestante e a Contra Reforma⁴¹. A emergência dos Estados territoriais, administrativos e coloniais irá provocar uma série de mudanças como a dissociação do tesouro do rei com a poupança do Estado e como o deslocamento da concepção dos rivais do príncipe para a concorrência internacional, interestatal. Já a Reforma Protestante é catalisada com Lutero que, formado em direito e estudioso eclesiástico, escreverá suas 95 Teses e pregará na porta da Igreja criticando as incongruências da religião católica, dos atos incoerentes dos clérigos – como a venda de indulgências. Por longos anos houveram inúmeras revoltas de contraconduta religiosa antes de Lutero, mas o fato explosivo foi que ele traduziu a Bíblia do latim (uma língua morta, dominada apenas em poucos nichos e portanto um monopólio social) para o alemão, de modo que todos pudessem lê-la. O fator de reprodutibilidade técnica da imprensa favoreceu que o protestantismo grassasse sobre toda a Europa. A questão é que essas transformações ocorridas são consequência da desarticulação de dois grandes vetores do poder na Europa: o império e a Igreja⁴².

A partir do século XVI, a soberania estará em face de uma alteridade, de uma demanda crescente por um complemento nesta soberania que é a necessidade do governo e da conduta dos habitantes do reino em constante crescimento⁴³. Deste modo, a Europa, no ínterim do século XVI ao século XVIII, passará por um processo de governamentalização. Este conceito que Foucault cria, o de governamentalidade, é um conceito espinhoso, difuso, nebuloso, mas convém à sua metodologia de não partir de uma circularidade ontológica do poder, de descrever o Estado pelo Estado, mas de descrevê-lo pelas suas linhas de força, suas práticas, suas estratégias, suas alianças, suas análises, seus fluxos migratórios, seus jogo de interesses, a articulação de seus recursos, suas tecnologias movediças etc. A governamentalidade significa, sinteticamente, que a forma de poder governo supera em termos de sofisticação – ainda incipiente no século XVI – todas as outras principais formas de poder decantadas, a saber, a pastoral, a disciplina e a soberania.⁴⁴ Não que ela vá substituir essas formas de poder anteriores que trazem a norma, a lei, o regulamento, o decreto binários do que é permitido ou proibido ou do que é obrigatório (no caso da disciplina), isso não deixa de existir com a gestão governamental, todavia há uma complexificação no tratamento dos problemas, pois começa a surgir um

41 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.118-119.

42 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.307

43 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.317

44 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.144

entendimento imanente do movimento do mundo e das coisas. Se falará de uma “regressão da lei”⁴⁵ de forma que as estratégias e táticas passem a ser preferíveis nas análises das questões e atribuições dos procedimentos. Os filósofos mecanicistas como Descartes, Galileu, Boyle, Newton, Kepler entre outros passam a descrever o mundo através de “princípios naturais” que vão explicar um campo de interações reais, materiais, com elementos como extensão, movimento, magnitude, impenetrabilidade, dureza, inércia, força⁴⁶. E isso transbordará, ecoará para outras áreas que lidam com seres humanos e comporão como conhecimentos úteis para as novas dinâmicas de forças entre os Estados. Essa complexidade da análise e do tratamento dos problemas no caso do governo assume uma tonalidade econômica⁴⁷ que, no século XVI, será uma forma de governo e, no século XVIII, será um nível de realidade⁴⁸.

Quando se olha pra soberania, percebe-se que ela está num ciclo fechado de obediência, sua finalidade é uma obediência circular, ou como na pastoral, pretende-se uma obediência pura, é a saturação do modelo disciplinar. Alternativamente, o governo aparece como uma prática múltipla no sentido da melhor disposição e condução dos meios para se atingir as finalidades adequadas, ambos em sua pluralidade e suas especificidades⁴⁹. Se governará agora a si mesmo, a família, a casa, os filhos, a província, as almas, o convento, a escola e o próprio Estado cada um com suas técnicas e procedimentos necessário. A ordem una de temer a Deus e obedecer a vontade do soberano começa a ser tensionada. Assim, temos a transição da singularidade, da transcendência e da externalidade para a multiplicidade, a imanência e a interioridade dos processos tendo em vista que tudo é interno à sociedade civil e ao Estado. Da mesma forma que a soberania e a disciplina não são substituídas pela gestão governamental, a governamentalidade funde o Estado de justiça feudal e o Estado administrativo disciplinar do século XVI e o Estado de governo da Biopolítica do séculos XVII e XVIII⁵⁰.

A governamentalidade confunde propositadamente o governo dos seres e das coisas:

aquilo com que o governo se relaciona não é, portanto, o território, mas um complexo constituído pelos homens e pelas coisas... essas coisas de que o governo deve se encarregar, diz La Perrière, são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas

45 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.132

46 Mecanicismo (Filosofia e História da Ciência Moderna DF-USP) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cGXc5kq00IU>

47 É anacrônico dizer que a economia como discurso emancipado já existia no século XVI.

48 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.127

49 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.131

50 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.145

que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades com a fome, as epidemias, a morte. (FOUCAULT, 1978, p.128-9)

O território vai deixando paulatinamente de ser o elemento principal do poder em um contexto que irá se objetivar regular (não mais a regulamentar) a circulação das pessoas, a distribuição das mercadorias, dos barcos, das carroças, dos vapores, a troca, a comunicação, as alfândegas, portos, a própria relação entre a cidade e o campo, todavia o meio não deixará de ter a sua importância. Ele não será mais aquele espaço do modelo disciplinar que era um espaço artificial, vazio⁵¹ – como o hospital, o exército, o manicômio, a prisão, o panóptico de forma utópica – no qual podia se inculcar plenamente as relações hierárquicas e de vigilância, mas o meio como campo de interação que permeia a ação à distância. As novas tecnologias do poder operarão através de 3 novos parâmetros: 1) dados materiais, i.é, o meio não é algo artificial, ele existe e possui formato topográfico definido, é preciso lidar com ele seja montanha, rio, pântano, ilha etc; 2) possibilidades, ou seja, não se buscará a perfeição do panóptico (o sonho dos soberanos é conhecer todos os gestos de todos os súditos no mais fino grão de areia) ou a pretensão disciplinar da quarentena de prevenir totalmente todos da peste, começa-se a pensar em termos de otimização: maximizar o que interessa e minimizar perdas; 3) polifuncionalidade, um porto, por exemplo, precisa lidar com barcos que trazem mercadorias, alimento, animais silvestres de países colonizados, ouro, preciosidades, mas também imigrantes, marinheiros perdidos, pessoas que precisam se deslocar maritimamente, a polifuncionalidade deve ser imputada no planejamento.⁵²

Uma questão curiosa que intriga os historiadores é explicar o século XVII entre o Renascimento e a Modernidade, como o século de Leonardo da Vinci não realizara a Revolução Industrial? Não era apenas pela falta dos combustíveis fósseis e da máquina à vapor. O Mercantilismo e todas as técnicas que se desenvolvem nesse contexto do príncipe maquiavélico, por exemplo a Estatística, estão bloqueadas pelo fato de que são usadas de forma doutrinária⁵³, como parte interessada dos príncipes. Todavia ele concretizará o começo de uma arte de governar (bloqueada) que consiste na burocratização, isto é, na organização dessa sociedade cujos laços não são mais tão familiares, que está

51 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.23

52 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.26

53 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.134

surgindo de acordo com um saber centralizado no Estado. O século XVII é o século da Guerra dos 30 anos (1618-1648), uma guerra que se eclode por consequência da Reforma Protestante e se espalha por grande parte da Europa Ocidental. Da perspectiva de Hobsbawn⁵⁴, o século XVII, é um momento em que as condições necessárias para a efetivação do capitalismo não haviam se concretizado: não haviam mercados plenamente organizados, principalmente o mercado de trabalho, uma vez que a terra não havia sido completamente privatizada, cercada e apropriada de modo que as pessoas precisassem vender sua força de trabalho para comprá-la ou alugá-la. Já Trevor-Roper⁵⁵ argumenta ser uma tensão inaugurada entre o indivíduo (produto dessa sociedade em vias de se modernizar, atomizante, anomizante) e o Estado em vias de modernização. De todo modo o exercício da guerra mobiliza todos os recursos materiais e estratégicos de modo a drená-los para implosão do embate consumindo-os (economia de guerra), impedindo assim o aprimoramento da “arte de governo”. O desbloqueio deste século, então, promove-se através de três fluxos: o aumento da produção agrícola, a abundância de moedas e o crescimento demográfico⁵⁶. Este último é de crucial importância, pois inaugura a estatística como principal técnica e saber do Estado deslocando a noção de economia do modelo familiar para a população tendo em vista sua regularidade própria, irreduzível ao antigo modelo. A partir de então, o núcleo familiar responderá como principal instrumento de aplicação da condução dos hábitos e comportamentos uma vez que a população passa a ser preocupação do Estado e objeto de governo⁵⁷. Essas são as condições de possibilidade para emergência da Economia Política.

A emergência da população nos séculos XVII e XVIII fora um importante fator de transformação tanto dos saberes como dos poderes. O seu crescimento irá ser crucial para que a episteme renascentista, composta pela Gramática Geral (perspectiva da linguagem), pela História Natural (perspectiva da vida) e pela Análise das Riquezas (perspectiva do trabalho), venha apresentar rupturas e compor uma nova episteme, a episteme moderna com, respectivamente, a Filologia Histórica, a Biologia (também a Medicina, a Psicologia) e, por fim a Economia Política⁵⁸. Esse conjunto complexo de saberes e de tecnologias inaugurado irá simultaneamente refinar a vigilância e a regulação dessa população, como garantir sua sobrevivência. A população será o alvo da

54 Eric HOBSEBAWM. Past and Present: The General Crisis of the European Economy in the 17th Century.

55 Hugh TREVOR-ROPER. The Crisis of the Seventeenth Century: Religion, the reformation, and social chance. Indianapolis: Liberty Fund, 1967.

56 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.137

57 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.139

58 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.100-102.

governamentalidade e a Economia Política será seu instrumento para promover sua longevidade de vida, sua saúde, sua qualidade de vida, para ampliar suas riquezas, de modo que as campanhas dirijam imperceptivelmente a natalidade, os fluxos migratórios.

Da mesma forma que surge ou reaparece uma razão no século XVI, aparecerá, também, uma razão de Estado. Como já mencionado, a análise classificatória, matemática, lógica, o heliocentrismo, a queda dos corpos, o desenvolvimento de lunetas começará a desenvolver uma inteligibilidade do mundo de modo que cristalizam-se 2 conjuntos de saber-poder, os Princípios Naturais e a Razão de Estado, cujos referenciais – Natureza e Estado – fundarão uma série de temas da modernidade ocidental⁵⁹. Ambos, aos olhos da Igreja, dos clérigos, foram escandalosos pela novidade e pela perspectiva que já não era mais a de uma ordem religiosa. Bem como Galileu quase purgou nas chamas da inquisição por aventar a possibilidade de que o Sol não gira em torno da Terra e sim a Terra em torno do Sol, o grupo daqueles que pensavam e concebiam uma racionalidade para sustentar o governo era visto como a “seita dos políticos”, vistos como “ateístas”, “politeístas” e até mesmo como “estatolatrístas”⁶⁰. A palavra “político” era sempre empregada para pessoas que refletiam nesses termos – vistos como hereges – e, apenas no século XVII, ela passou a designar uma área de atuação tendo em vista a governamentalização da coisa e do espaço públicos.

O Estado, entendido em termos de suas intuições, como o fisco, seus exércitos e seus aparelhos, sempre existiu. O que é apresentado de novo no final do século XVI e ao longo do século XVII (depois da Guerra dos 30 anos) são novas ferramentas que possibilitam refletir sobre essa máquina e, retroativamente, conduzir as práticas e a maneira de agir. A Razão de Estado vai consistir, então, basicamente no conhecimento, no cuidado político, na acurácia dos relatórios contínuos sobre a essência do próprio Estado dos meios necessários e mais adequados para garantir sua conservação, sua integridade e salvaguardar sua própria “felicidade”. Esse princípio de conservação é muito importante pois introduz uma nova concepção de tempona história, diferente da cosmologia teológica que será a de uma historicidade indefinida⁶¹. Doravante tanto o Jardim do Éden, onde Eva mordeu o fruto proibido, quanto o desígnio escatológico salvífico (ou apocalítico), o monopólio cristão da interpretação da origem e do fim do mundo passa a ser relativizado. Do mesmo modo que essa característica

59 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.319

60 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.323-4

61 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 347

conservatória vislumbra um governo perpétuo, ao mesmo tempo que não interessa discutir uma finalidade, uma teleologia, não interessa colocar em questão o fundamento ou a origem do Estado. Destarte o esboço de uma historicidade indefinida da governamentalidade (e do progresso), de um tempo aberto da história e da política. A finalidade do Estado, por mais velada que esteja pela “felicidade dos homens”, nada mais almeja que a própria felicidade, manutenção, conservação. É a ideia de “manter o Estado em estado”, estado como imobilidade das coisas estado permanente de perfeição.

Para manter essa conservação será necessário uma pesquisa ininterrupta da realidade factual e imediata do próprio Estado, é a constituição de um saber coextensivo à administração, é a técnica capital da manutenção do Estado, a Estatística⁶², a ciência do Estado, por definição. A Estatística funcionará como um dispositivo de segurança que levantará uma série de questões: quantos morreram esse ano? Quantos tiveram peste? Quantos se recuperaram? Quais profissões são mais suscetíveis à essa doença? Qual é a idade mais vulnerável? Onde acontece mais crimes, na cidade ou no campo? Quanto foram presos? Quantos são os reincidente? Interessa punir? Interessa reeducar? De modo que esta tecnologia não opera mais pela norma, isto é, o normal que vem da norma prescritiva, mas, agora, o normal virá do maior número de casos (será a curva gaussiana), da densidade de ocorrências. Essa nova tecnologia opera pela normalização⁶³, ou seja, da observância da estratificação e da triagem de um tema, a tomada de decisão política focalizará os casos mais desviantes da população total.⁶⁴ Normalização das curvas específicas então. E a Estatística se preocupará com o que? Com os fatos de população, principalmente, a quantificação das questões demográficas, como a natalidade, a mortalidade, as doenças, o abastecimento de cereais, a criminalidade, a estimativa da riqueza dos cidadãos, irá se interessar também pelos recursos existentes no Estado, como a quantidade de água potável, solo fértil, existência de minas e florestas, e, também, logo quantificará a produção, a circulação, as transações, comercializações (balança com outros países) e o efeito dos impostos. É claro que as dificuldades técnicas da contabilidade em vastos países facilitou o desenvolvimento da estatística em lugares menores como a Irlanda e os pequenos Estados alemães⁶⁵. A estatística

62 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 365

63 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 82-3

64 Por exemplo: no caso da pandemia de COVID-19, focalizará-se o cuidado dos idosos e daqueles que possuem comorbidades, tendo em vista que suas distribuições normais apresentam mais mortes que a mortalidade total da população pelo vírus.

65 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 366

proporciona um lastro que abre um domínio de possibilidades e de impossibilidades para a gestão da coisa pública.

Decorre destes relatórios que caracterizam a materialidade do Estado, dois elementos de realidade que será preciso lidar estrategicamente, quais sejam: o segredo⁶⁶ e a opinião pública⁶⁷. Primeiro o segredo. A partir do momento que se tem ciência dos dados da materialidade topográfica, da potência dos recursos, da magnitude da força do Estado, da quantidade da sua população, de qualquer variável mensurável que tenha uma inteligibilidade instrumental neste novo campo de possibilidades, às vezes só terá efeito caso ocultados os procedimentos, o êxito depende do segredo e da seleção do que pode ou não ser publicado. Segundo, a opinião pública. O que era antes a verdade e a justiça do rei vai gradativamente se dissolvendo e urgindo uma necessidade, principalmente colocada pelos reformadores pós-Revolução, de se ter uma opinião, não é a toa que surgem os jornais. Agora, o Estado precisa se preocupar com uma política da verdade conduzindo a consciência das pessoas e induzindo comportamentos políticos e econômicos que se deseja. É preciso jogar com a opinião pública e instrumentalizá-la a seu favor.

A política, pensada como uma racionalidade da arte de governar e como “consciência de si”⁶⁸ do Estado, era considerada, então, um discurso heterodoxo cujas metas (crescimento, fortalecimento, integralidade, enriquecimento, não se deixar intimidar por outros países) seriam alcançadas através de intervenções ativas. Nas discussões sobre razão de Estado há uma preocupação grande com relação à conservação (ao “estado”, permanência das coisas, do Estado), em seguida um relativo interesse à ampliação, e, como já mencionado, pouco ou quase nada se fala sobre sua fundação. A ampliação, pela perspectiva destes novos Estados de práticas refletidas, não se dará mais de uma forma imperial, de um jogo de soma zero (pra alguém ganhar o outro tem que perder – terras, pessoas que viram escravos, riquezas, recursos naturais/bélicos etc), ela se dará no espaço da concorrência, da concorrência econômica, principalmente comercial⁶⁹. Isso acontece por consequência do princípio de auto conservação de cada Estado, que todos assumem em sua multiplicidade. Além disso, a Guerra dos 30 anos acaba com uma série de acordos entre os alemães, holandeses, franceses e suécos selados pelo Tratado de Vetesfália (1647-8) que será o primeiro tratado internacional que reconhecerá as fronteiras

66 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 367

67 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 370

68 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit, p. 4

69 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 392

territoriais dos Estados nacionais, que ensejará um direito internacional e um respeito mútuo interestatal. Não haverá mais, como regra do jogo, nas disputas, a pilhagem e a expansão imperial. É a lápide do império como vocação para a dominação:

Temos agora unidades de certo modo absolutas, sem nenhuma subordinação nem dependência umas em relação às outras, pelo menos no caso das principais....e essas unidades se afirmam, num espaço que é agora o dos intercâmbios econômicos ao mesmo tempo multiplicados, ampliados e intensificados. Elas procuram se afirmar num espaço que é o da concorrência comercial e da dominação comercial, num espaço da circulação monetária, num espaço de conquista colonial, num espaço de controle dos mares, e tudo isso dá à afirmação de cada Estado por si mesmo não simplesmente a forma de autofinalidade, mas a da concorrência. (FOUCAULT, 2008, p. 391)

A ideia de concorrência é fértil no campo da tecnologia política, pois será preciso pensar, calcular, projetar e tecer estratégias diferentes. Conceitualmente não existirá mais impérios nesse sentido, o que haverá serão hegemonias. De tal forma que nos séculos XVI e XVII, não se terá mais os inimigos do rei, mas Estados concorrentes. Não se terá mais o fisco que comporá o tesouro do rei, a poupança do príncipe, mas uma avaliação dos recursos e tesouros nacionais. E a medida da força não será as posses do príncipe ou as alianças matrimoniais obrigatórias (nem mesmo a Igreja unificando esses vínculos), mas a disposição de recursos e recursos analíticos para se arranjar nesse novo sistema de alianças políticas provisórias e do cálculo de força das potências⁷⁰. Emerge, como já mencionado, a ideia de força, tanto com Newton, como com Leibniz⁷¹ no domínio que a modernidade categorizou como física, mas também, na inteligibilidade do que virá a ser a diplomacia, no cômputo estratégico da dinâmica das forças entre os Estados.

O desenvolvimento dessas forças estatais, auto afirmativas, deu origem à concepção de Europa⁷², não por um vínculo amigável entre essas nações que sempre estiveram em guerra (e continuarão em guerra depois do século XVII, por mais que exista um discurso de Paz Universal que teatraliza as coisas), mas como um mecanismo de segurança para garantir um equilíbrio de poder na Europa e uma balança europeia⁷³. Esses mecanismos de segurança consistem em dois complexos de

70 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 396

71 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 397

72 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 399

73 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 404, 407

técnicas, procedimentos, práticas, saberes, são eles o dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia. A balança europeia irá funcionar de modo a impedir que a potência mais forte imponha suas leis às outras, a força do Estado mais forte será restrita pelo estado de alerta dos outros Estados. O grupo dos Estados mais potentes (Inglaterra, Espanha, França e Áustria) formará um grupo que impedirá qualquer um dentre eles que tentem se sobrepor, será uma “aristocracia igualitária”. O Estado hegemônico sempre terá uma força maior igual à soma do segundo e terceiro maiores, a força somada dos Estados menores contrabalança a do superior⁷⁴.

Os instrumentos do equilíbrio europeu são 3: a guerra, a diplomacia e o dispositivo militar permanente. A guerra é uma extensão da política, irá acontecer quando os métodos não-bélicos da política não lograrem êxito, sempre respeitando o sistema de alianças⁷⁵. Há uma justificativa jurídica na aparência, mas, em substância, a guerra se organiza por motivos políticos. A diplomacia é o novo *modus operandi* da solução dos atritos e conflitos de interesses entre os Estados europeus:

As linhas de força que serão seguidas pelos diplomatas são determinadas pela necessidade de um equilíbrio. Vão trocar, negociar, transferir os territórios, as cidades, os bispados, os portos, as abadias, as colônias em função de princípios físicos, pois se tratará de anexar este território àquele, de transferir essa renda àquele príncipe, de conceder este porto àquele território, em função do princípio pelo qual certo equilíbrio inter estatal deve ser estabelecido de maneira que seja o mais estável possível. É uma física dos Estados não mais o direito dos soberanos, que vai ser o princípio fundamental dessa nova diplomacia. (FOUCAULT, 2008, p.405)

Donde a diplomacia será um aparelho permanente organizado para compor agentes treinados para missões de negociação entre os interesses dos Estados, os embaixadores, e, também, os sistemas de informação dos Estados alheios. E, por fim, o dispositivo militar permanente que será o treinamento sistematizado dos homens para a guerra em períodos de paz, no aparelho de inteligência e monitoramento da paz, afinal será sempre necessário a equiparação de forças para se manter ao nível dos rivais, o que explica os pujantes investimentos bélicos até os dias de hoje (e as inúmeras tecnologias que hoje foram capilarizadas pelo uso civil, mas que se desenvolveram com finalidades bélicas, como a internet). A Europa se tornará, a partir de 1648, uma entidade jurídico-político, um sistema de segurança diplomático e político que irá jugular qualquer tentativa de império.

74 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 401

75 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 403

O dispositivo de polícia dos séculos XVII e XVIII possui um sentido muito diferente do qual o concebemos hoje. Ele até assumiu uma função de poder negativo, com a *maréchaussée royale*, a guarda real, cujo encargo era reprimir a massa flutuante de indivíduos errantes, desocupados, vagabundos, muitas vezes ex-guerreiros do rei, que não foram pagos e perderam esse posto. Pessoas que estavam suscetíveis a qualquer tipo de delinquência e violência para sobreviver⁷⁶.

A polícia dos séculos XVII e XVIII tem como meta a adequação da utilidade das pessoas em suas atividades e ocupações de modo que seja possível, simultaneamente, fazer crescer as forças do Estado em boa ordem⁷⁷. É um primeiro vislumbre consciente do governo da coisa pública. Ela será pensada em termos tanto do “viver e do melhor viver”⁷⁸ - ou ou seja, de uma projeção da qualidade de vida em termos de saúde, higiene, segurança, ocupação etc -, como para organizar os elementos urbanos. Ela será um vetor que arranjará a urbanização do território e do ornamento das cidades concomitantemente ao problema da coexistência densa de pessoas. E qual a relação deste mecanismo de segurança com a balança europeia? Primeiro, maximizar a potência interna do Estado de modo ordenado, harmônico. Segundo, garantir que todos e cada um dos Estados tenha uma boa polícia, caso contrário a balança europeia se encontrará em desequilíbrio. E, terceiro, o usufruto da estatística (instrumento comum) para bem conhecer suas forças, a dos outros Estados e, então, ter parâmetro de comparação para manutenção do equilíbrio europeu. Além dos fatos de população, a estatística informará a capacidade bélica, a envergadura do exército, o montante da produção, a balança comercial e o fluxo da circulação monetária. A estatística é crucial para a polícia como arte de desenvolver “a beleza visual da ordem e o brilho de uma força manifesta” porque é coextensiva ao aparelho administrativo e flagra quais são as possibilidades de seu desenvolvimento⁷⁹

O dispositivo de polícia deverá se preocupar, então, com as ocupações. Não apenas a ocupação de alguém já formado, mas a sua formação e instrução mais básica na infância e, a partir dos 25 anos, as pessoas serão obrigadas a escolher uma atividade que lhe apraz ou com a qual se identifica, mas algo que, necessariamente seja útil ao Estado. É uma preocupação com relação à educação e à profissão, com a moralização e a riqueza de cada um, a forma como trabalham, gastam, trocam . É o ímpeto que

76 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p.24, 452

77 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 422

78 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 450

79 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p 422-4

irá implicar todos aqueles que podem trabalhar em atividades que beneficiarão o país, como se comprometem a se dedicar, é uma política contra a ociosidade, voltada muitas vezes para os “pobres válidos”, que deverão exercer alguma forma de trabalho obrigatório. Faz parte da governamentalização cotidiana exercida pelo soberno na vida doméstica da população⁸⁰.

A polícia estará atenta não somente aos pobres válidos, mas também aos inválidos e convalescentes, além de todos aqueles que forem vítimas de desastres naturais que possam categorizar um estado de calamidade como terremoto, maremoto, furacão, incêndio, doenças, dilúvios, fenômenos que possam desestabilizar economicamente a vida das pessoas. Ela fornecerá auxílio aos necessitados e empréstimos aos lavradores e artesãos⁸¹. Ela se preocupará com a saúde pública e as necessidades vitais imediatas, como a provisão das condições necessárias de fornecimento dos víveres:

Política agrícola: multiplicar o povo do campo pela redução dos impostos, dos encargos, da milícia, cultivar as terras que ainda não foram cultivadas... isso implica um controle exato da comercialização dos gêneros, da sua circulação, das provisões feitas para os momentos de escassez alimentar: em suma, a polícia dos cereais. O que implica que não apenas a comercialização dos víveres e gêneros será vigiada, mas também sua qualidade no momentos em que são postos à venda, sua boa qualidade, o fato de não estarem estragados. (FOUCAULT, 2008, p. 435)

A saúde cotidiana será mirada permanentemente com a intenção de que as atividades não sejam interrompidas, impedidas, mal executadas pela fome, pelas doenças, pelo mal-estar e pelo mal-viver. Além disso, recobrar-se a atenção a tudo que possa produzir ou reproduzir os miasmas mórbidos infectando a atmosfera como os açougues, cemitérios, as ruas estreitas⁸². Futuramente, no século XIX, com Napoleão III e o processo de “haussmannização” haverá demolições e um replanejamento de Paris, tendo em vista o arejamento e o embelezamento.

A polícia cuidará para que tudo circule bem. A circulação não apenas das pessoas, mas das mercadorias, das carroças, dos barcos, dos vapores e de todos esses elementos ao mesmo tempo. Para isso será preciso arquitetar a paisagem urbana, suas ruas, estradas, praças, edifícios, a navegabilidade dos rios, mercados, portos, canais. O dispositivo de polícia é uma malha fina tanto da rede material

80 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 429-30, 433-4

81 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 430, 435

82 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 436

concreta que permite a distribuição, a troca, a passagem, o intercâmbio, o deslocamento, como os regulamentos e decretos que facilitam ou dificultam determinados tipos de circulação⁸³.

Além da arquitetura urbana do espaço público, a polícia deve zelar pelos bens imobiliários, como se procedem os trâmites fundiários, os preços, como se transferem, o registro das heranças, como se comercializa e legitima a propriedade da terra⁸⁴. E não apenas como comercializa-se a terra e os imóveis, mas a regulação dos problemas de mercado, de como as atividades agrícolas, comerciais e artesanais se produzem, como seus produtos circulam, são trocados, seus preços. “A polícia é uma instituição de mercado no sentido amplo” (FOUCAULT, 2008, p. 451)

O dispositivo de polícia está intimamente relacionado com o mercantilismo, pois assume a perspectiva sobre a população de que ela deve ser a maior possível para que as forças do Estado cresçam o mais rápido possível. É preciso habitantes em abundância, que sejam saudáveis, economicamente úteis e politicamente dóceis, que sejam pacíficos. Deste modo, no mercantilismo, os salários deveriam ser os mais baixos possíveis para que o preço de custo das mercadorias seja o mais baixo possível e, assim, possa-se exportar em abundância. O grande volume de exportação de mercadorias tem como contrapartida o grande volume de importação de ouro que irá garantir o pagamento do exército e, também, o dispositivo diplomático, fazendo valer a razão de Estado, a dominação em termos mercantis/comerciais e o equilíbrio europeu⁸⁵. O comércio torna-se, no e com o mercantilismo, o ponto de articulação entre a biopolítica e a governamentalidade, o objeto privilegiado que une a produção interna e a disputa externa nos termos da competição:

Se a governamentalidade do Estado se interessa, e pela primeira vez, pela materialidade fina da existência e da coexistência humana, pela materialidade fina da troca e da circulação, se esse ser e esse melhor-estar é levado em conta pela primeira vez pela governamentalidade do Estado, e isso através da cidade e através dos problemas como os da saúde, das ruas, dos mercados, dos cereais, das estradas, é porque o comércio é pensado nesse momento como o instrumento principal da força desse Estado e, portanto, como objeto privilegiado de uma polícia que tem por objetivo o crescimento das forças do Estado. (FOUCAULT, 2008, p.456)

83 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 436-7

84 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 431

85 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 454

A polícia, em associação com o mercantilismo, irá, através de proibições, limitações, prescrições, normas e/ou regulamentações aplicar a disciplina em todo corpo social definindo o intercâmbio, a coabitação, a coexistência, a reunião e a comunicação de uma população crescente nesse novo espaço em vias de se erigir e de controlar, vigiar seus fluxos.

Deste modo, no século XVIII, começa a surgir uma nova seita de hereges que apresentarão rupturas com o Estado de polícia, esta nova seita será a seita dos economistas, via de regra, fisiocratas, que darão origem a uma nova arte de governar correlata a uma razão de Estado mínimo. A economia que no início da governamentalidade era um modelo de atuação, paulatinamente, se transforma em um campo de ação, a Economia Política. Esses economistas provocaram uma série de deslocamentos tanto na forma de lidar com o problema da escassez alimentar, como na concepção de de população, do papel do Estado e de como o comércio deveria funcionar.

A despeito da política dos cereais, os economistas dirão que, caso pretenda-se evitar a escassez alimentar, obrigar que o cereal seja vendido ao menor preço, restringindo um preço de venda máximo (menor possível), será ineficiente, pois se nas colheitas auspiciosas os custos da plantação superam os ganhos, com qualquer intempérie (chuvas exageradas, neve, seca, estiagem, pragas) as perdas seriam desalentadoras. Será necessário que os cereais sejam bem pagos. Será necessário que seus preços oscilem ao sabor da procura dos consumidores bem como da escassez dos ofertantes. Assim se provocará um ciclo virtuoso de abundância. Deslocará-se o olhar das cidades e focalizará-se nos camponeses, seu bem-estar, nas demandas da agricultura como um elemento importante da governamentalidade, questões do investimento e do circuito da produção agrícola são levantadas. As preocupações com a circulação agora vão mirar a produção e, também, da política de vender barato o que se produziu com preços baixos teremos o surgimento da ideia de retorno⁸⁶.

Os economistas irão questionar o método de intervenção da polícia que supõe uma flexibilidade, uma transparência das coisas sujeitas à aplicação pura e perfeita da vontade do soberano e seus regulamentos. Eles afirmarão sobre a recalcitrância das coisas, uma certa naturalidade opaca, imanente, densa, uma resistência obstinada do curso das coisas que não será suscetível ao desejo do rei e que trará efeitos nefastos caso seu arbítrio quisesse desviá-lo. É o que acontece com os preços quando se tenta fixá-los. Eles sugerem então uma nova metodologia para lidar com isso, o *laissez-faire*, *laissez-*

86 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 460-1

passer, laissez-aller, o deixe-fazer, deixe-passar, deixe-ir. Não mais uma regulamentação, mas uma regulação espontânea em função do próprio circuito das coisas⁸⁷.

Outra concepção que se transforma é a noção de população do regime anátomo-político disciplinar do soberano, que constituía uma coleção de súditos de direito, da polícia, dóceis, úteis, numerosos. Agora, os indivíduos não serão mais o alvo, mas sim seus agrupamentos, suas multiplicidades e a própria população em seu agregado, é isso que será a o objeto da governamentalidade. A quantidade de habitantes será regulada em seus nascimentos, mas passará pelo crivo da regulação espontânea e uma auto limitação, um auto ajustamento. Recalcitrância aqui também, mas com relação a um tipo muito específico de relações que são as relações espontâneas das pessoas que coexistem, produzem juntas, circulam, trabalham, compram, vendem, se comunicam. Os economistas inauguram este novo campo onde estas interações acontecem que é a sociedade civil, elemento com o qual o Estado precisará se preocupar em gerir doravante⁸⁸.

Estes economistas vão esboçar uma tentativa (bem sucedida) da generalização da concorrência e dos jogos de interesses entre particulares internos aos Estados, vão imputar a regulação espontânea e evocar a liberdade de comércio entre os países, a flutuação dos preços. Eles afirmarão que a busca pelo ganho privado gerará o ganho da coletividade, da sociedade civil, do Estado. E, então, surgirá o questionamento de qual será o papel, a função, a ação do Estado onde, gradativamente, a dinâmica do mecanismo dos interesses dos particulares passa a imperar. O Estado será um regulador, um mediador, um manipulador dos interesses privados no seus conflitos entre os próprios interesses dos particulares, mas também no conflito entre interesses público/coletivos e privados⁸⁹.

Através da evidência, a economia reivindica o estatuto de racionalidade e conhecimento científicos⁹⁰ que irá descrever os procedimentos pelos quais se circulam, produzem e consomem as mercadorias. Transita-se de um regime de jurisdição, no qual a lei é a vontade do soberano, para um regime de verificação, no qual o referendo da Economia Política averiguará sobre a validade e o sucesso das coisas. Será preciso gerir, entender os processos naturais subcutâneos, manipulá-los, regulá-los, não

87 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 462-3

88 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 463, 470

89 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 466

90 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 466

interferir arbitrariamente tentando regulamentá-los, ignorando-os e tentando modificá-los desastrosamente ao sabor do desejo. Por isso os mecanismos de segurança.

A governamentalidade, como o próprio Foucault a considera, é um conceito inconsistente e nebuloso, entretanto ela possui 3 eixos. O primeiro deles é que ela se aplica à uma população, às multiplicidades, não mais ao indivíduo e seu corpo disciplinado, docilizado. Com a emergência da estatística, a ciência do Estado por definição, a população produz um saber pelo efeito da agregação de grandes números e quanto maior a população, maior a acurácia de previsão. O segundo eixo é que a economia política será o saber que a vertebrará, limitando a interferência do Estado na economia e definindo os limites da agenda do poder público. Por esse saber flui sob, através e no exercício da governamentalidade a naturalidade própria da prática governamental. Uma natureza cuja violação dos seus princípios não leva à imoralidade ou à ilegitimidade, mas ao fracasso utilitário, uma vez que a economia política estebelecerá um novo paradigma de verificação. E, por fim, a governamentalidade usufrui dos dispositivos de segurança como instrumentos. Esses dispositivos são difusos e relacionam-se intimamente com uma série de questões estatísticas e probabilísticas (quantas pessoas morrem por ano? Onde é mais comum, na cidade ou no campo? Qual a faixa etária? Etc), relaciona-se com o diagnóstico, com um cálculo de custo em um limite aceitável, com a comparação do custo do crime com o custo da repressão, com a minimização de riscos e inconvenientes, com a organização da circulação (entendida como deslocamento, troca, contato, dispersão) das pessoas, dos automóveis, dos navios, das coisas que se produzem, dos miasmas, para que haja comércio, higiene, vigilância, controle das alfândegas. Relaciona-se com a polifuncionalidade da cidade, com o planejamento do mensurável e com a arquitetura do que não se conhece com exatidão. Relaciona-se com dados materiais e uma disposição topográfica do espaço em um campo de interação de forças reais. Enfim, relaciona-se com o *laissez-faire*, *laissez-passer*, *laissez-aller*, em um movimento que pouco a pouco se encontra compensado, freado, limitado, anulado pela própria espontaneidade das coisas.

Além disso, a governamentalidade é a compensação mútua entre a dissolução do poder pastoral absorvido pelo mercantilismo, pela fisiocracia e posteriormente pela economia política, ou simplesmente pela razão de Estado; a constituição de um aparato diplomático-militar que se relaciona concorrencialmente (e, portanto de modo limitado) com os outros Estado-nações europeus; por fim desenvolve-se o Estado de polícia cuja articulação precisa da limitação externa implica na direção da

coreografia urbana, na garantia da saúde e da higiene, e no controle ilimitado interno, a condução no mais fino grão de areia dos indivíduos.

Capítulo 3 – Liberalismo e Biopolítica

Situados tanto o contexto de onde parte-se a reflexão no capítulo 1, tal qual os elementos de tensão e transformação no capítulo 2, o capítulo 3 apresenta o ponto de chegada com suas rupturas e continuidades. Inaugura-se o liberalismo no século XVIII, como uma racionalidade derivada da exigência concorrencial e comercial entre Estados. Inaugura-se, paralelamente, a biopolítica como um entendimento de que a saúde e a higiene das pessoas são tônicos necessários para o desenvolvimento das forças dos Estados.

Essa nova arte de governar da qual a economia política expressa o instrumento de análise dos circuitos inteligíveis da naturalidade das relações humanas dentro da sociedade civil não rompe totalmente com o Estado de polícia dos séculos XVII e XVIII. Haverá um ímpeto do desenvolvimento crescente das forças dos Estados, para que sejam pujantes e ricos, nos moldes da balança europeia e da competição comercial. Haverá o equilíbrio externo entre os Estados modulado pela diplomacia, pelos exércitos e pelo comércio internacional. E haverá também o equilíbrio interno baseado na ordem que antes era dominada pelo controle policial e gradativamente vai tendendo a um controle da população para garantir o jogo econômico⁹¹. No século XVIII começa a se esboçar uma governamentalidade liberal.

O Tratado de Vestfália (1648) deflagra, evidentemente, a emergência do sistema internacional, o reconhecimento dos Estados modernos, a igualdade jurídica entre eles e a não intervenção. Precisamente a política externa do equilíbrio competitivo, da não absorção imperial, representa um objeto limitado à expansão dos Estados que se articula com a política interna da regulamentação das atividades econômicas, para que prosperem em harmonia, representando o objeto ilimitado de vigilância, controle e organização da polícia e em seguida da observância da economia política⁹².

A economia política surge no século XVIII em consonância com os objetivos da razão de Estado, como o enriquecimento das nações através do vicejar da população e do estímulo a provisão de subsistência, mas ela será crítica ao seus excessos. Ela surge como um princípio de limitação interna a razão de Estado, e pelas características da recalcitrância da naturalidade dos indivíduos, das riquezas e

91 Michel FOUCAULT. Segurança, Território e População. Op. Cit, p. 469

92 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit, p. 10-1

da população em suas correlações já mencionadas, o hábil e adequado será conhecê-las para demarcar os objetivos da razão de Estado:

a economia política revelou a existência de fenômenos, processos e regularidades que se produzem necessariamente em função de mecanismos inteligíveis. Esses mecanismos inteligíveis e necessários podem, claro, ser contrariados, perturbados, obscurecidos, mas, como de todo modo não será possível evitá-los, não se poderá suspendê-los total e definitivamente... o que a economia política descobre não são os direitos naturais anteriores ao exercício da governamentalidade, o que ela descobre é uma certa naturalidade da prática mesma do governo. Há uma natureza própria dos objetos da ação governamental e é isso que a economia política vai estudar. Essa noção de natureza vai portanto mudar inteiramente com o aparecimento da economia política. A natureza não é, para a economia política, uma região reservada e originária sobre a qual o exercício do poder não deveria ter influência, a não ser ilegítima. A natureza é algo que corre sob, através, no próprio exercício da governamentalidade. Ela é, por assim dizer, sua hipoderme indispensável. (FOUCAULT, 2008, p.22)

O liberalismo como nova faceta dessa governamentalidade, da economia política, da crítica do “governar demais”, do governo “frugal”, do Estado mínimo, o governo do “*laissez-nous faire*”⁹³ apresentará 3 características: 1) o mercado como *locus* de verificação; 2) a limitação do poder público; e 3) a Europa se torna uma região de progresso ilimitado.

Antes, na Idade Média e até no século XVII, o mercado consagrava um espaço de justiça, no qual valia a doutrina cosmo-teológica do preço justo entre compradores e vendedores, da distribuição justa, todavia, a partir do século XVIII, o mercado passará a ser um *locus* de verificação. O que representa o início do liberalismo. Pelos mecanismos de espontaneidade será necessário que se interfira o mínimo possível na dinâmica do mercado para não desnaturá-la, pois, na medida em que o mercado, através de seus processos naturais, vincula a produção, a circulação e a comercialização através do valor e dos preços das mercadorias, formará-se um local de verificabilidade e falseabilidade que implicará não só a autolimitação da razão de Estado, mas o comportamento (imperativo econômico) das pessoas. É um regime de verdade que se forma fundamentado por uma filosofia utilitarista⁹⁴.

A liberdade de mercado, desde o início, fora pensada em consonância, em termos da limitação jurídica do poder público (afinal, Beccaria, Betham, Adam Smith eram, além de economistas, juristas)

93 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p.28

94 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p.73

sob pretexto de uma regra e um princípio de liberdade. As duas vias mais expressivas foram o Jusnaturalismo e o Utilitarismo. A primeira surge com a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), característica mais da França e do continente europeu, fundamenta-se nos direitos originários, inalienáveis das pessoas e no deslocamento da soberania do soberano para a soberania da nação⁹⁵. A regra emana da vontade geral e o princípio de liberdade se expressa do quanto os indivíduos aceitam ou não ceder de sua liberdade originária. A segunda via é predominante na Grã-Bretanha, seus expoentes como Jeremy Bentham e John Stuart Mill propunham que a limitação da ação política era fruto de uma negociação ininterrupta de acordo com sua utilidade. Define-se uma *agenda* e uma *non agenda* para a dimensão da ação pública. O Utilitarismo é uma tecnologia de governo refinada filosoficamente, teoricamente, juridicamente cuja regra será a ação entre intervenção pública e a independência das pessoas. O princípio de liberdade está na reivindicação do “a mais” de liberdade dos governados aos governantes⁹⁶.

Neste processo, surge, como já mencionado, um entendimento da noção de Europa como uma zona privilegiada das trocas mundiais. Antes do Tratado de Vestefália, era vigente o jogo de soma zero imperial (para alguém ganhar outrem deve perder, território, recursos, riquezas, habitantes), após Vestefália, abre-se o jogo e distribui-se os ganhos. É possível traçar um paralelo com Benjamin Constant⁹⁷ quando ele diz que o comércio e a guerra são duas formas diferentes de se conseguir o que pretende, é claro que ele argumenta a favor do comércio – entendido como negociação dos interesses de forma calculada, em vez da guerra – entendida como impulso desenfreado. O mercantilismo é um jogo de resultado nulo⁹⁸. Entretanto quando se abre o jogo, sepulta-se o império e inaugura o imperialismo concorrencial entre indivíduos e empresas parte-se do pressuposto de que para todos ganharem todos devem ganhar, isto é, o jogo econômico dos liberais funciona através da manutenção do enriquecimento mútuo dos países europeus concomitante ao progresso técnico e econômico ilimitado. E, além disso, será necessário a inclusão permanente de novos jogadores para absorver a oferta compulsória de bens. Fica evidente que o estatuto da Europa é diferente nessa abertura, pois os países

95 Art.3º disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria-%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>

96 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p.53-4

97 Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf

98 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p. 73

do mundo são convocados a comercializar na Europa, e, então o mundo entra no cálculo e na reflexão do domínio econômico europeu, o jogo é jogado pela Europa, mas o que está em jogo é o mundo⁹⁹.

A liberdade não é um universal, não existe de maneira pura e não é uma região pronta. Como dirá Isaiah Berlin, não é possível ser livre para voar caso não tenha asas¹⁰⁰. É preciso que o liberalismo produza, geste, organize liberdades específicas, como a liberdade de expressão, liberdade de posse de propriedade privada, liberdade de mercado, porque o liberalismo será um consumidor de liberdade. Será sempre uma relação dúbia de produção e consumo, de organização e anulação da liberdade. Necessitando-se fabricá-la, ela será fabricada sempre a partir de problemas de custo, baseados na segurança, afinal a relação entre liberalismo e segurança é que fomenta o jogo de poder econômico no liberalismo, muito através da cultura do medo do perigo. Isso proporcionará a proliferação de mecanismos de controle e vigilância que serão a outra face da moeda da liberdade. É um combo: liberdade econômica, o medo e as técnicas disciplinares¹⁰¹.

Ao longo do século XIX há uma ruptura epistemológica nos saberes e, como toda ruptura, as concepções de vida, trabalho e linguagem mudam. O domínio da economia apresenta uma ruptura epistemológica entre a economia política e a ciência econômica (*economics, to economize*), antes a economia política se preocupava com os processos de irrigação das riquezas, do volume da população, sua coexistência etc, a partir de então, a economia será definida como a prática de economizar, como a alocação ótima de recursos escassos entre fins que são alternativos e excludentes. Afinal, depois que se toma uma decisão, a própria irreversibilidade do tempo transforma as coisas, imobiliza seu capital e reduz sua liquidez (perda de valor ou dificuldade de troca imediata pelo mesmo valor).

No período do entre guerras a governamentalidade liberal entra em crise e, simultaneamente, encontra condições da sua própria elaboração. Uma via que se consolida são os *New Liberals* cujos expoentes são John Hobson e John Keynes, liberalismo inglês reformista, fundamentado em uma liberdade positiva, que defende que as pessoas precisam ter um mínimo de educação, saúde, habitação, saneamento básico para tomar suas próprias decisões, e uma política ativa do Estado anti-cíclica. A outra via são os Neoliberais (que estão discutindo os porquês do liberalismo clássico ter fracassado

99 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. P 75-7

100 Dois conceitos de liberdade. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B-ZLHzAcvfuUMGFhYldLQjFzemic/view>

101 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p.88-91

quase na mesma época que Keynes lança sua obra prima¹⁰²), no Colóquio de Walter Lippmann¹⁰³ (1938), e chegam a um diagnóstico muito parecido com o de Gramsci¹⁰⁴: não é possível deixar as pessoas ao sabor do espontaneísmo e do naturalismo, o camponês – cujos modos de vida são muito diferentes de um cosmopolita – sofrerá um colapso psicofisiológico caso não seja educado, treinado. A preocupação dos neoliberais consiste nas consequências das forças irracionais provocadas pela autodestruição do mercado. O liberalismo clássico, *laissez-faire*, na crise de 1929, não foi capaz de absorver parte da população alemã que chegou a níveis tão baixos de subsistência que se tornou suscetível ao nazismo. Os neoliberais temem essa susceptibilidade ao nazismo e ao totalitarismo. Os neoliberais partirão de uma concepção de liberdade negativa, na qual deverá existir uma moldura institucional emanada do Estado para garantir a concorrência e mediar os litígios econômicos. Apesar do papel do Estado de mediador, concorda-se, com ressalvas, com uma política de renda mínima e políticas “*target*”, isto é, focalizadas nos grupos desviantes incapazes de empreender sozinhos (dependentes químicos, psicóticos, aqueles que estão abaixo da linha da pobreza)

É preciso salientar que Foucault diz poucas vezes a palavra “biopolítica” no curso Nascimento da Biopolítica (1979), e, quando a diz, diz para se escusar pois o curso seria sobre este tema, mas ele se deu conta que seria necessário entender a racionalidade liberal, que segundo Laval & Dardot¹⁰⁵ representa uma nova razão do mundo, pois não se medita, calcula, reflete, age, imagina, cria em termos que não sejam o do custo-benefício, o do risco, o da gestão do capital humano, da bonificação e da competição generalizada, da homologação da forma empresa e do empreendedorismo de si mesmo. Algo parecido acontece no curso Segurança, Território e População (1978), no qual também pensa-se a biopolítica em termos da governamentalidade, do governo dos seres vivos. A questão é que Foucault lança alguns apontamentos sobre a biopolítica no primeiro volume de História da Sexualidade¹⁰⁶.

A vida entra na história no momento em que, simultaneamente, a economia política e a biologia emergem como saberes da modernidade, afinal a concepção de população é compartilhada por ambos saberes. Urge-se, então, para o poder gerir a vida, ordená-la, qualificá-la, multiplicá-la, investir nela

102 A Teoria do Emprego do Juro e da Moeda é de 1936.

103 Michel FOUCAULT, O nascimento da Biopolítica. Op. Cit. p. 182-3

104 Antonio GRAMSCI. Cadernos do cárcere volume 4: Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

105 Pierre DARDOT, Christian LAVAL. A nova razão do mundo. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

106 Michel FOUCAULT. A história da sexualidade I A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

para que seja produtiva, útil, bem comportada, de modo que a pena de morte vai parando de fazer sentido, porque a morte esgota, finaliza a vida e sem a vida o poder não poderá mais gestá-la, geri-la. Assim há uma ruptura entre a tanatopolítica (política de morte: faz morrer e deixa viver) e a biopolítica (poder de vida: faz viver e deixa morrer), de maneira que o suicídio logo entra nas categorias sociológicas.¹⁰⁷

O dispositivo da sexualidade será uma grande tecnologia do poder no século XIX que articulará dois espectros que focaram no aperfeiçoamento, na coordenação e na organização do poder sobre a vida: a anátomo-política do século XVII e a biopolítica do século XVIII. A primeira quer adestrar o corpo, é anatômica, está no registro disciplinar das escolas, fábricas, manicômios, prisões, hospitais ateliês e quer extrair a energia dos corpos dóceis. A segunda é o entendimento da população como espécie vivente que se reproduz, nasce e morre. O sexo é ambivalente no acesso à vida do corpo e à vida da espécie.¹⁰⁸

O biopoder consiste em tratar as populações humanas como uma espécie biológica e, portanto, considerar suas características patológicas, fisiológicas, anatômicas e sua estrutura mental nos jogos de força, nas estratégias políticas, nas disputas de poder. Essa tecnologia emerge com o surgimento de saberes como a medicina, a biologia e a psicologia que exerceram um papel de normalização de uma população vivente, em circulação no seu meio. Eles permitiram tanto uma vigilância mais sofisticada que a norma do soberano ou a prescrição da disciplina, como a sobrevivência dessa população. Fará-se diagnósticos em prol de uma biorregulação. Pensará-se em termos profiláticos, estabelecerá-se o paradigma imunitário. Tudo isso é indispensável para inserir os corpos de maneira conduzida, governada nos processos produtivos e nos circuitos econômicos.

107 Michel FOUCAULT. A história da sexualidade I A vontade de saber. Op. Cit. p.130

108 Michel FOUCAULT. A história da sexualidade I A vontade de saber. Op. Cit. p.131

Considerações finais

O grande problema que passou a ser percebido ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII é que não era mais possível exercer uma dominação “top-down”, de forma piramidal, na qual o rei se articula com nobres proprietários e poderosos, e isso se capilariza para o resto da sociedade civil. O combo explosivo da revolta dos súditos em paralelo com o poder econômico crescente (afinal as relações comerciais começam a dissolver as relações estamentais e as zonas de privilégios, as corporações de ofício etc, e no limite começam a aparecer outras zonas de monopólios sociais) vai instituir gradativamente uma lógica do poder cada vez mais horizontal que vai fazer as pessoas se autogovernarem.

A biopolítica fora a fase mais sofisticada atingida pelo poder flagrada por Foucault, à qual não exclui as outras, ao contrário, a elas se soma, fecunda, infla o sistema legal-jurídico, o modelo disciplinar e então constitui os dispositivos de segurança. Ela consiste na condução cada vez mais imperceptível de condutas, no arranjo que organizará o conjunto heterogêneo de viventes através dos fatos de população, quais sejam: a demografia com a natalidade e a mortalidade, a sexualidade, a saúde, a higiene, a educação, a longevidade, o trabalho, a produção, as raças, a alimentação, os corpos e suas subjetividades, desejos, interesses, condutas. O vetor deste trabalho foi traçar as conexões entre a governamentalidade e a biopolítica.

A priori não existe mais impérios a partir da Paz de Vestfália (1648). O termo “império” ou “imperialismo” é utilizado *lato sensu* para designar o jogo de forças internacional. A rigor apenas Roma foi um império na Europa. Levando em consideração outros cantões do mundo, a China e os astecas podem ser considerados impérios ao seu tempo. A questão que deve ser levada em conta para o império é que não existem rivais suficientemente fortes e capazes de ameaçar essa posição. Depois da Guerra do 30 anos (1618-1648), as nações-Estados europeias determinam uma jurisdição internacional de respeito mútuo às fronteiras territoriais nacionais, o que representou uma limitação externa à expansão das soberanias. Desta forma, as soberanias aprofundam sua dominação internamente, refinando imperceptivelmente o controle dos súditos, que gradativamente não são mais tratados como indivíduos, mas como multiplicidades, como o agregado populacional. Portanto, a nomenclatura muda, não temos mais império *stricto sensu*, mas hegemonia, ou seja, um Estado-nação que está o tempo todo de vigília

no jogo de forças internacionais com exércitos bem treinados a postos, um aparato diplomático mais articulado possível, disputando também no campo tecnológico.

É preciso ter clareza que o casamento entre a democracia e o liberalismo é uma conexão acidental. Não dá para supormos que o liberalismo está restrito a um campo doutrinal, como uma série de escolas, teóricos, obras e autores, o liberalismo é uma racionalidade política (Christian Laval). O liberalismo procura definir uma zona de direitos individuais que, no limite, procuram garantir a propriedade sobre o próprio corpo e suas extensões adquiridas ou transformadas pelo trabalho, é a garantia da proteção dos direitos de propriedade privada. Isso irrompe gradativamente na transição do século XVI ao XVIII como uma forma de reivindicar a liberdade na esfera econômico sob o “a mais” do domínio soberano que se fecha progressivamente para dentro das populações. Não é a toa que os ordoliberais e até mesmo o Hayek defendiam o Pinochet no Chile em 1973: se em uma ditadura militar for possível garantir os direitos individuais de suas propriedades privadas sobre a liberdade de manifestação política, ela seria compatível com o liberalismo.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>.

DARDOT, Pierre; LAVAL Chritian. **A nova razão do mundo** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder in: MICHEL FOUCAULT Uma trajetória filosófica. Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I** A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere volume 4: Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GENNARI, Adilson; OLIVEIRA, Roberson. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GRAEBER, David. **Dívida: Os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

HARAWAY, Donna. **Atropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª Edição, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Past and Present: The General Crisis of the European Economy in the 17th Century**.

MARIUTTI, Eduardo. **Do individualismo possessivo ao indivíduo possuído: a dissolução do projeto liberal de construção do indivíduo moderno** *Texto para Discussão* no. 393 (2020) disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD393.pdf>.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, livro terceiro. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

TREVOR-ROPER, Hugh. **The Crisis of the Seventeenth Century: Religion, the reformation, and social chance**. Indianapolis: Liberty Fund, 1967.

